



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS ERECHIM  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**VINÍCIUS FRUSCALSO MACIEL DE OLIVEIRA**

**AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013:  
A DISPUTA DE NARRATIVAS NA MÍDIA E SUAS SIGNIFICAÇÕES**

**ERECHIM**

**2017**

**VINÍCIUS FRUSCALSO MACIEL DE OLIVEIRA**

**AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013:  
A DISPUTA DE NARRATIVAS NA MÍDIA E SUAS SIGNIFICAÇÕES**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim.

**Orientador:** Prof. Dr. Mairon Escorsi Valério

**ERECHIM**

**2017**

**VINÍCIUS FRUSCALSO MACIEL DE OLIVEIRA**

**AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013:  
A DISPUTA DE NARRATIVAS NA MÍDIA E SUAS SIGNIFICAÇÕES**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Mairon Escorsi Valério

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr.Mairon Escorsi Valério

---

Prof.<sup>a</sup> Dr. Gerson Egas Severo

---

Prof.<sup>a</sup> Dr. Gerson Wasen Fraga

Dedico a Fernanda Maciel de Oliveira (in memoriam), que muito me ensinou.

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço primeiramente a minha futura esposa, Amanda Mendes dos Anjos. Sem você, eu não conseguiria. Muito obrigado por tudo! Eu te amo!

Também agradeço aos meus pais, Moacir Maciel de Oliveira e Rosa Angela Fruscalso Maciel de Oliveira, que me criaram e educaram de forma com que eu me tornasse quem sou. Sou eternamente grato a vocês.

A minha irmã Letícia Fruscalso Maciel de Oliveira, pessoa que eu mais me preocupo nesse mundo.

Aos meus avós Antonio e Nilda, meus pais profundos agradecimentos.

Ao meu primo Luiz Felipe Pereira da Silva, com quem dividi a minha infância; e a minha tia Salete Maciel de Oliveira, sempre disposta a ajudar.

Aos meus outros inúmeros familiares, também agradeço.

Obrigado a toda equipe do Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font, por disponibilizar os jornais analisados nesse trabalho.

Agradeço também a todos os meus colegas de graduação e professores. Vocês fizeram muita diferença em todos esses anos de convívio. Acredito que saio do curso uma pessoa muito melhor. Obrigado pelos ensinamentos!

Aos funcionários da UFFS, que trabalham para que toda a parte burocrática funcione.

Também agradeço a Najaska Martins, jornalista do Bom Dia, pelo envio de material referente ao jornal. Pelo mesmo motivo, agradeço ao jornalista do Boa Vista, Rodrigo Finardi.

Agradeço ao meu orientador, professor doutor Mairon Escorsi Valério, pela ajuda e paciência.

Por fim, obrigado a toda comunidade escolar da Escola Estadual Normal José Bonifácio, meu local de trabalho e segunda casa.

Muito obrigado a todos vocês!

Junho provoca uma necessidade de todo mundo parar pra se repensar. Seja partido político, seja sindicato, seja grande mídia, seja polícia, seja o sistema político... Todo mundo tem que parar e fazer um balanço.

Marcos Nobre

## RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo entender como os jornais de Erechim (Boa Vista, Bom Dia, Diário da Manhã e Voz Regional) representaram as Jornadas de Junho em suas páginas durante o período de 19 a 28 de junho de 2013. Para entender o que foram as Jornadas de Junho, foi feito, primeiro, uma investigação para descobrir a gênese do Movimento Passe Livre (MPL), entendida a partir do desenvolvimento das lutas relativas ao transporte público no Brasil desde o século XIX até as manifestações de 2013. Em seguida, foi realizada uma pesquisa para compreender as diferenças nas narrativas dos diversos atores sociais envolvidos diretamente ou não sobre os protestos e, em especial, na cidade de São Paulo, por ter sido o berço das mobilizações. Foi feito então uma análise das narrativas dos jornais erechinenses sobre os protestos na própria cidade e no país, além de uma comparação com as narrativas produzidas pela grande mídia. Foram estabelecidas relações entre o movimento, seus herdeiros e a situação política do país desde o fim das jornadas até os dias de hoje. Trata-se de uma pesquisa teórico-empírica; em relação ao tratamento de dados, pode ser caracterizada como quanti-qualitativa; quanto aos fins, trata-se de uma pesquisa exploratório-descritiva; e quanto à conduta em relação aos dados, é uma pesquisa bibliográfica. A partir dos dados coletados e comparando-os com outras pesquisas, concluiu-se que os jornalistas e colunistas dos jornais de Erechim replicaram a narrativa hegemônica feita pelos grandes veículos de comunicação sobre as manifestações.

**Palavras-chave:** Movimento Passe Livre, Jornadas de Junho, Jornais Erechinenses.

## ABSTRACT

This paper aimed to understand how the newspapers of Erechim (Boa Vista, Bom Dia, Diário da Manhã and Voz Regional) represented the June Days in their pages during the period from June 19 to 28, 2013. To understand what The Journeys of June, an investigation was the first of an investigation to discover the genesis of the Free Passage Movement (MPL), understood from the development of the struggles related to public transport in Brazil from the nineteenth century to the manifestations of 2013. It was then carried out A research to understand the differences in the narratives of the various social actors involved directly or not in the protests and, especially, in the city of São Paulo, because it was the cradle of mobilizations. An analysis was then made of the narratives of the Eritrean newspapers on the protests in the city and in the country, as well as a comparison with the narratives produced by the mass media. Relations were established between the movement, its heirs and the political situation of the country from the end of the days to the present day. It is a theoretical-empirical research; In relation to the data treatment, can be characterized as quanti-qualitative; For purposes, it is an exploratory-descriptive research; And regarding the conduct in relation to the data, is a bibliographical research. From the data collected and comparing them with other researches, it was concluded that the journalists and columnists of the newspapers of Erechim replicated the hegemonic narrative made by the great vehicles of communication about the manifestations.

**Keywords:** Free Pass Movement, Journeys of June, Erechinian Newspapers.



## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO I .....</b>	<b>13</b>
<b>1 AS LUTAS PELA TARIFA NO BRASIL DO SÉCULO XXI.....</b>	<b>13</b>
1.1 A REVOLTA DO BUZU .....	13
1.2 AS REVOLTAS DA CATRACA (2004 – 2005).....	17
<b>1.2.1 A Revolta da Catraca de 2004 .....</b>	<b>18</b>
<b>1.2.2 A Revolta da Catraca de 2005 .....</b>	<b>21</b>
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>26</b>
<b>2 AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 E AS REDES DE INDIGNAÇÃO E ESPERANÇA NO BRASIL E NO MUNDO.....</b>	<b>26</b>
2.1 AS JORNADAS DE JUNHO E SEUS SIGNIFICADOS.....	26
<b>2.1.1 O documentário <i>Junho – O mês que abalou o Brasil: narrativas em disputa</i> .....</b>	<b>33</b>
2.2 REDES DE INDIGNAÇÃO E ESPERANÇA AO REDOR DO GLOBO.....	38
<b>2.2.1 A democracia e os movimentos sociais em rede.....</b>	<b>39</b>
<b>2.2.2 As identidades culturais da pós-modernidade e os movimentos sociais em rede: uma breve análise .....</b>	<b>43</b>
<b>CAPÍTULO III .....</b>	<b>46</b>
<b>3 OS JORNAIS LOCAIS E AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 .....</b>	<b>46</b>
3.1 A VISÃO DA IMPRENSA LOCAL SOBRE A GÊNESE DAS MANIFESTAÇÕES ....	47
3.2 A IDEIA DE QUE O MOVIMENTO É LEGÍTIMO .....	48
3.3 AS PAUTAS DO MOVIMENTO .....	50
3.4 PACIFISMO E VIOLÊNCIA.....	56
3.5 OS INTELECTUAIS DAS CIÊNCIAS HUMANAS .....	58
3.6 CONCLUSÃO DA ANÁLISE.....	60
3.7 AS CONQUISTAS DO MOVIMENTO .....	62
3.8 OS HERDEIROS DO MOVIMENTO .....	62
3.9 A ONDA CONSERVADORA.....	64
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>66</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>68</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As Jornadas de Junho de 2013 no Brasil não marcam o início da luta por um transporte público barato e de qualidade. O movimento social que chamou as manifestações em São Paulo, o Movimento Passe Livre (MPL), foi criado entre 2004 e 2005, fruto de uma articulação iniciada no V Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre (BRANCALEONE, 2014).

Como os próprios integrantes do MPL gostam de dizer, “não começou em Salvador, nem vai terminar em São Paulo”. Observemos a cronologia (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 26):

### Cronologia

2003 – Revolta do Buzu em Salvador (agosto-setembro).

2004 – Revolta da Catraca barra o aumento em Florianópolis (junho) e aprova lei do passe livre estudantil (26 de outubro); surge o Comitê do Passe Livre em São Paulo.

2005 – Plenária de fundação do MPL -Brasil no V Fórum Social Mundial em Porto Alegre (janeiro); luta contra o aumento em São Paulo (fevereiro); II Revolta da Catraca barra o aumento em Florianópolis (junho); mobilizações revogam o aumento em Vitória (julho).

2006 – Encontro Nacional do Movimento Passe Livre (junho); luta contra o aumento em São Paulo (novembro-dezembro).

2008 – Grande luta contra o aumento no Distrito Federal (outubro).

2009 – Aprovação do passe livre estudantil no Distrito Federal (julho); ocupação da Secretaria de Transportes em São Paulo (novembro).

2010 – Luta contra o aumento em São Paulo (janeiro).

2011 – Luta contra o aumento em São Paulo e em várias capitais (janeiro-março); mobilizações revogam aumento em Teresina (agosto).

2013 – Lutas na região metropolitana de São Paulo conquistam revogação do aumento no Taboão da Serra (janeiro); mobilização derruba aumento em Porto Alegre (abril); Jornadas de Junho conquistam revogação do aumento em mais de cem cidades.

Logo, uma primeira conclusão salta aos olhos: há toda uma construção para chegarmos até o ano de 2013. Embora nenhuma das manifestações anteriores tenha

conseguido mobilizar tantas pessoas (e de forma simultânea em diversas cidades brasileiras), existe uma herança aí presente. O MPL, que possui como uma de suas pautas principais demandas a questão do transporte público, não “acordou” em 2013, pois não estava “adormecido”:

[...] O MPL está com parcela da razão ao afirmar categoricamente que as rebeliões da tarifa não começaram em Salvador e nem irão terminar em São Paulo. Se de fato são válidas algumas comparações com a chamada Revolta do Vintém, ocorrida em 1879 no Rio de Janeiro, além de outras manifestações e protestos populares desencadeados no início do século XX na cidade do Rio de Janeiro e a greve da Meia-Passagem em 1979 em São Luís do Maranhão, é possível atestar a importância desse “serviço” na economia moral dos populares dos centros urbanos da moderna sociedade brasileira em algo próximo a uma “perspectiva de longa duração” (BRANCALEONE, 2014, p. 12).

Movimentos internacionais também, de certa forma, inspiraram o MPL e as Jornadas de Junho como um todo. Dentre os mais importantes podemos citar: a Revolução das Panelas na Islândia, em 2009; as revoltas na Tunísia, em 2010; a Revolução Egípcia, em 2011, a Primavera Árabe (diversos países), em 2011; os Indignados na Espanha, em 2011 e o Occupy Wall Street nos EUA, em 2011. Mas o que esses (e outros aqui não citados, mas também referentes aos anos que antecederam 2013) movimentos sociais na era da internet (usando a expressão de Manuel Castells) possuem em comum? No documentário *Junho – O mês que abalou o Brasil*, Vladimir Safatle comenta o assunto:

Olha só que coisa interessante. Vamos pegar as pautas das manifestações em várias partes do mundo. Chile: 400 mil pessoas na rua pedindo... educação pública de qualidade e gratuita. Israel, Tel Aviv: pedia a intervenção do Estado na regulação do preço da habitação. Na Espanha, os indignados: o quê? Uma democracia real e a possibilidade de você se contrapor contra o sistema econômico, financeiro, que tava destruindo o país. Tunísia e Egito: além das demandas de democracia vinculadas a idéia de dignidade, era também o Estado de Bem-Estar Social que não existe nesses países. Todas estas manifestações também pediam uma coisa muito clara: mais democracia (WAINER, 2014, 13:45 - 14:35).

O que garantiu o sucesso na revogação do aumento e/ou diminuição das tarifas de ônibus no mês de junho em mais de cem cidades no Brasil, foi provavelmente a junção de dois elementos fundamentais: o gigantesco número de participantes nas ruas por um período extenso de tempo aliado a uma opinião pública favorável às manifestações (favorável somente após a jornalista do jornal *Folha de São Paulo*, Giuliana Vallone, tomar um tiro de bala de borracha no rosto, desferido por um policial militar quando a mesma estava fazendo a cobertura da manifestação em São Paulo, na noite do dia 13 de junho, mudando assim totalmente a posição dos grandes meios de comunicação brasileiros após o ocorrido).

Podemos dividir as manifestações em dois momentos: antes de 13 de junho e depois de 13 de junho. No primeiro momento, houve um objetivo muito claro: a revogação da tarifa de ônibus, trem e metrô que estavam em R\$3,20 para seu valor antigo, R\$3,00. Isso não quer dizer que existiu nesse primeiro momento uma unidade ideológica, mas sim uma unidade de pauta. No segundo momento, após a noite de 13 de junho, houve uma explosão tanto no número de participantes quanto na quantidade de reivindicações. Nesse momento não houve nem unidade em relação às reivindicações do movimento, nem à ideologia dos manifestantes. Existiam ali na multidão de anarquistas a neonazistas, comunistas, nacionalistas, pessoas sem filiação partidária nenhuma. E, claro, o confronto entre pensamentos não somente diferentes, mas em alguns casos, antagônicos, foi inevitável, como veremos em especial no capítulo dois.

Mas afinal, quais são os objetivos desse trabalho? O presente estudo tem como objetivos: 1) fazer um breve balanço histórico dos movimentos por melhorias no transporte público brasileiro no século XXI e analisar a influência desses movimentos, bem como os movimentos internacionais em rede que antecederam 2013, em relação às jornadas; 2) problematizar acerca das narrativas feitas no documentário *Junho – O mês que abalou o Brasil*, vinculado à Tv Folha; 3) discutir a construção de narrativas feitas pelos jornais de Erechim sobre as manifestações, tanto a nível local quanto nacional, no período de 19 a 28 de junho de 2013. Explicaremos mais detalhadamente cada ponto a seguir.

O breve balanço histórico foi feito por meio de informações obtidas no documentário *A Revolta do Buzu* (PRONZATO, 2004) e no texto (dividido em três partes, publicado online), intitulado *Teses sobre a Revolta do Buzu* (MANOLO, 2011). Além disso, foram utilizados os livros *A Guerra da Tarifa* (VINICIUS, 2005) e *Guerra da Tarifa 2005: uma visão de dentro do Movimento Passe Livre em Floripa* (VINICIUS, 2006). A influência dos movimentos sociais em rede (brasileiros e estrangeiros) nas jornadas foi analisada através de uma revisão bibliográfica, tendo como base dessa revisão o livro *Redes de indignação e esperança: os movimentos sociais na era da internet* (CASTELLS, 2013). Problematicamos as narrativas do documentário *Junho – O mês que abalou o Brasil*, vinculado à TV Folha a partir de uma análise das interpretações de diversos entrevistados no documentário, os quais possuem não só visões diferentes entre si, mas, muitas vezes, antagônicas. Por fim, fizemos uma discussão sobre como os jornais locais/regionais mais lidos em Erechim noticiaram e analisaram as manifestações de 2013, tanto em âmbito local quanto em âmbito nacional. Para tanto, usamos os quatro grandes jornais de circulação regional naquele período: Boa Vista, Bom Dia, Diário da Manhã e Voz Regional. Vale ressaltar que o período pesquisado nas páginas de jornal foi de 19 a 28 de junho de 2013.

Junho de 2013 sacudiu de sul a norte, da esquerda à direita, de baixo para cima as estruturas de poder tradicionais do Estado brasileiro. Nenhum partido político pode reivindicar para si um saldo positivo de sua própria imagem perante a sociedade brasileira. Seu grande legado, para além dos vinte centavos (que são importantes sim, principalmente para quem tem menos poder aquisitivo), talvez esteja no imaginário social do brasileiro: a ideia de que protestar não é coisa de “baderneiro”, de “vagabundo”, de quem “não quer trabalhar”; e sim, a ideia de que protestar é algo importante e que em determinadas condições possui o potencial de melhorar a vida dos cidadãos de forma concreta.

A Copa das Confederações quase passou despercebida em pleno país do futebol. Criticada por uma parcela considerável dos que protestavam, enterrou de uma vez por todas velhos jargões como “futebol e política não se misturam” e que o brasileiro esquece suas necessidades cotidianas por causa do “circo que o futebol representa”.

## CAPÍTULO I

### 1 AS LUTAS PELA TARIFA NO BRASIL DO SÉCULO XXI

O MPL não tem fim em si mesmo, deve ser um meio para a construção de uma outra sociedade. Da mesma forma, a luta pelo passe-livre estudantil não tem um fim em si mesma. Ela é o instrumento inicial de debate sobre a transformação da atual concepção de transporte coletivo urbano, rechaçando a concepção mercadológica de transporte e abrindo a luta por um transporte público, gratuito e de qualidade, como direito para o conjunto da sociedade; por um transporte coletivo fora da iniciativa privada, sob controle público (dos trabalhadores e usuários). (Trecho da Carta de Princípios do Movimento Passe Livre)

Protestos em relação ao transporte público no Brasil ocorrem desde o século XIX, conforme já assinalamos na introdução. A indignação não só em relação ao preço da passagem, mas também em relação à qualidade dos serviços prestados pelas empresas de transporte público não é novidade. Analisamos aqui neste capítulo, sem nenhuma pretensão de esgotar o assunto, os protestos mais recentes em relação ao transporte público no país de 2003 até 2013 (antes das manifestações eclodirem em junho). Além disso, estabelecemos comparações entre essas mobilizações, a saber: a Revolta do Buzu em Salvador (2003); e as Revoltas da Catraca em Florianópolis (2004 e 2005).

#### 1.1 A REVOLTA DO BUZU

No documentário *A Revolta do Buzu* (PRONZATO, 2004), os acontecimentos são analisados da seguinte forma:

Entre final de agosto e começo de setembro de 2003 a cidade de Salvador – BA foi palco de uma impressionante onda de protestos estudantis contra o aumento do preço da passagem de ônibus urbano. Milhares de estudantes tomaram as ruas de Salvador impedindo a circulação dos ônibus causando engarrafamentos quilométricos, paralisando completamente a cidade por vários dias. O movimento demonstrou a sua força enfrentando nos últimos dias a repressão da PM [Polícia Militar], a distorção dos fatos por parte da mídia oficial, colocando em xeque qualquer tipo de representação ou lideranças. Foram atendidas reivindicações históricas dos estudantes mas o valor da tarifa (o que levou a multidão às ruas) não foi modificado. Porém, a repercussão destas mobilizações no Brasil deixou nos estudantes a certeza da sua responsabilidade histórica e uma consciência política

conquistada na prática, além de, principalmente, a importância das ruas como o cenário natural de protestos (PRONZATO, 2004, 1:51 – 2: 25).

De acordo com Manolo (2011), é possível afirmar que as manifestações em Salvador possuem alguns elementos interessantes em seu seio: a horizontalidade nas relações de poder; a descentralização das decisões; a rejeição a qualquer tipo de imposição ou delegação feita por militantes de partidos políticos e/ou entidades de representação estudantil na tentativa de comandar a manifestação.

Líderes de duas entidades estudantis participaram da “comissão de negociação” junto ao prefeito, secretário de transportes e aos vereadores, no dia 02 de setembro: Roque Peixoto, presidente da Associação Baiana Estudantil Secundarista (ABES); e Marcelo Brito, vice-presidente a nível estadual da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES/BA). Porém, os manifestantes que, em sua maioria, eram estudantes (e, em especial, estudantes secundaristas), não se sentiam representados por estas entidades. O autor também analisa o que foi e o que não foi conquistado através dessa comissão:

A pauta levada ao Prefeito, ao Secretário de Transportes e aos vereadores no dia 02 de setembro por uma “comissão de negociação” auto-constituída resgatou algumas demandas históricas do movimento estudantil soteropolitano (meia passagem o ano inteiro, extensão da meia passagem aos cursos de pós-graduação) e levantou pontos ligados à democratização do transporte coletivo público em geral (constituição de uma Comissão para Estudos da Desoneração da Tarifa e a reabertura do Conselho Municipal de Transportes). As assembleias dos dias 4 – que destituiu a “comissão” do dia 02 – 5 e 9 de setembro definiram os pontos de pauta do movimento, que eram então bem claros: redução da passagem para R\$ 1,30; congelamento da tarifa neste valor por um ano; passe livre para estudantes de escolas públicas – este último, um ponto de pauta marginalizado, não encampado pelas comissões de negociação e abafado no decorrer do movimento (MANOLO, 2011).

Grande parte do trecho acima citado destoa da fala dos integrantes dessa comissão que, teoricamente, estava representando os estudantes. Roque Peixoto e Marcelo Brito acreditavam serem eles os “representantes de uma maioria” (no caso, dos estudantes) e também se autoproclamavam “líderes do movimento”. A fala de Peixoto na comissão foi a seguinte:

Que estamos aqui não para tratar apenas de pautas do movimento estudantil. Mas é importante ressaltar que as pautas históricas do nosso movimento, elas estão aqui todas contempladas. Isso é fato. Não dá pra esconder, estamos muito contentes por isso. Todavia, compreendemos que esse movimento não só representa os estudantes, mas todo o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras, donas de casa, representantes de associações de bairros dessa cidade. Então não vai caber a nós neste fórum aqui decidir se levanta o movimento ou não. A nossa vontade é que a gente suspenda esse movimento automaticamente, essa é a nossa vontade. Mas somos representantes de

uma maioria, então nós temos que escutar essa maioria pra poder aí vir e decidir (PRONZATO, 2014, 11:23 - 12:10).

Abaixo, a fala de Brito na comissão:

Essa bandeira que tá sendo colocada aqui, agora, que o poder público municipal, o executivo municipal, através do legislativo ela tá aprovando, ou tá encaminhando pra ser aprovada, como é o caso da validade da meia-passagem para o ano inteiro, isso é uma bandeira que vem sendo debatida no seio do movimento secundarista e universitário de Salvador há mais de dez anos. E apenas nesse momento, nós conseguimos garantir a aprovação desse projeto. Nós valorizamos isso. A imprensa hoje, alguns jornais, noticiaram que nós fizemos pouco caso dessa conquista, não é verdade, não é verdade. Nós valorizamos porque sabemos a importância da meia-passagem para o estudante. Agora, eu não posso deixar de registrar aqui e fazer coro ao que falou Roque e o que falou o outro colega nosso aqui. Esse não é um movimento teve liderança, sempre teve. Tanto que ele foi conduzido de forma ordeira sempre, sempre com o cuidado das lideranças para que fosse um movimento que ganhasse o apoio da sociedade, e não o contrário. Pesquisa realizada ontem divulga isso: mais de 75% da população de Salvador apóia essa mobilização dos estudantes. E mais do que apóia: tem procurado desenvolver nas mobilizações que a gente tem feito. Então vamos sair daqui agora, eu acho que é esse o acordo, é o consenso nosso aqui, vamos discutir a pauta de reivindicações que foi incorporada pelo poder público municipal com toda coerência, com toda responsabilidade tomar os encaminhamento necessários pra que a gente possa tocar as coisas aqui em Salvador. O movimento estudantil ele não pára nessas conquistas. Nós vamos [áudio ruim] vamos continuar fazendo passeata, mobilizando, debatendo, querendo reunir cada vez mais e mais com o poder público (PRONZATO, 2004, 12:10 – 13:45).

Conforme Manolo (2011) descreve, o movimento decidiu continuar as manifestações à revelia de seus autoproclamados líderes que não representavam os estudantes, tampouco seus anseios. Mesmo com grandes mobilizações após essa decisão (através de passeatas, trancamento de ruas, dentre outras formas de mobilização), não houve a concessão das pautas do movimento, a saber: a diminuição do valor da tarifa de R\$1,50 para R\$1,00, ou pelo menos a revogação do aumento da tarifa, que sairia do valor de R\$1,50 e voltaria para R\$1,30, seu valor antigo.

O que talvez tenha faltado para a revolta em Salvador foi a possibilidade de contrapor as narrativas feitas pelo poder público e a mídia local. Esse fator foi decisivo em movimentos posteriores não só no Brasil, mas em várias partes do globo: o uso das redes sociais (e da internet como um todo) como espaços de produção de narrativas próprias do movimento e de seus simpatizantes. Mas é óbvio que o simples fato de um movimento e seus adeptos possuírem acesso fácil, rápido e difuso das mais diversas redes sociais, não é garantia de conquista alguma para o movimento. Uma manifestante não-identificada afirma o seguinte no vídeo-documentário:



Nós temos que ser educado acima de tudo. Dar respeito pra evitar que a mídia teja falando as coisas da gente aí absurdas que você eu acabei de mostrar o jornal a vocês a tarde, que vocês viram que tava escrito, não viram? Pra evitar os comentários desagradáveis que tão fazendo da gente. E isso torna o quê? Que a população da razão a mídia. Porque eles não tão ali na hora, quem ta ali é a mídia. A mídia que ta focalizando tudo que ta acontecendo ali, certo? A gente ali é prova, mas e se a gente for parar pra falar pro mundo inteiro, entendeu, o que ta acontecendo, não tem como. A gente não tem esse espaço. Certo? A mídia coloca o que elas querem (PRONZATO, 2004, 01:01:28 – 01:02:03).

Esse espaço que a manifestante fala que o movimento não tem, certamente é o espaço que a internet proporciona. O que leva a crer que talvez A Revolta do Buzu pudesse ter um desfecho distinto, possivelmente mais favorável às demandas do movimento caso esse espaço existisse. Porém, isso é só uma especulação.

Mas afinal, o que tem a ver a Revolta do Buzu com as manifestações de junho de 2013, objeto principal de pesquisa deste trabalho? O Movimento Passe Livre – São Paulo (MPL/SP) –explica:

As revoltas de junho de 2013, desencadeadas pela luta organizada pelo MPL-SP contra o aumento das tarifas, não são algo inteiramente novo. Para começar a compreender esse processo é preciso que voltemos a, no mínimo, 2003, quando, em resposta ao aumento das passagens, iniciou-se em Salvador uma série de manifestações que se estenderam por todo o mês de agosto daquele ano, que ficou conhecida como a Revolta do Buzu. É impossível calcular precisamente quantas pessoas participaram desses protestos, mas as estimativas giram em torno de 40 mil, e pode-se dizer que qualquer pessoa que tenha entre 24 e 34 anos hoje em dia e que morava na capital baiana participou da revolta. Durante as aulas, estudantes secundaristas pulavam os muros das escolas para bloquear ruas em diversos bairros, num processo descentralizado, organizado a partir de assembleias realizadas nos próprios bloqueios. A indignação popular represada no interior do transporte coletivo fomentou uma dinâmica de luta massiva que escapava a qualquer forma previamente estabelecida. A Revolta do Buzu exigia na prática, nas ruas, um afastamento dos modelos hierarquizados; expunha outra maneira, ainda que embrionária, de organização.

Ao fugir de qualquer receituário pronto, a revolta deixava em aberto o sentido das mobilizações, tanto no que se refere à organização do transporte quanto à do próprio movimento (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 22).

A Revolta do Buzu teve grande importância dentro dos movimentos relativos ao transporte público no Brasil, haja vista que a revolta acontecida em Salvador, no ano de 2003, deu início a uma verdadeira espiral de lutas relativas ao tema nos mais diversos lugares do país. Mais do que isso: mostraram aos movimentos sociais a possibilidade de um modo heterodoxo de organização e de luta, baseado na democracia direta, em assembleias populares onde cada indivíduo representa a si mesmo, rechaçando assim a ideia de representação deliberativa. Um modo descentralizado de luta, baseado em ações por vezes simultâneas na

cidade (segundo o filme, em alguns momentos, cinco ao mesmo tempo), porém autônomas entre si, e com um propósito em comum: baixar a tarifa o máximo possível.

Temas explorados por Manolo (2011), como a truculência policial, o protagonismo dos estudantes secundaristas, o rechaço aos partidos políticos, são alguns dentre tantos outros ainda a serem explorados por quem possui interesse nessa revolta. Entretanto, não é o objetivo deste capítulo uma reflexão deveras profundamente detalhada sobre a revolta, lembrando que ela não é o principal objeto de análise deste trabalho.

Existiram claro, como já exposto na introdução, outras revoltas relativas ao transporte público no Brasil antes da Revolta do Buzu, tais como: a Revolta do Vintém (Rio de Janeiro, 1879); a greve da Meia-Passagem (São Luís do Maranhão, 1979); e o quebra-quebra de agosto (Salvador, 1981). Todavia, a partir dessa revolta, é possível perceber certo padrão nas manifestações em relação ao transporte público em diversas cidades do país. Isso será objeto do capítulo dois. Mas, por hora, vamos nos concentrar nas revoltas ocorridas em Florianópolis nos anos de 2004 e 2005. Analisamos a organização do movimento, sua base social, seus objetivos, suas táticas, seus métodos, buscando refletir quais foram as condições materiais que propiciaram a vitória dos manifestantes nos dois anos em que foram às ruas.

## 1.2 AS REVOLTAS DA CATRACA (2004 – 2005)

As Revoltas da Catraca (ou ainda, como Leo Vinicius gosta de chamar, Guerra da Tarifa) foram revoltas populares que conseguiram, através de suas mobilizações, revogar o aumento das tarifas<sup>1</sup> de ônibus na cidade de Florianópolis por dois anos seguidos (2004 – 2005). Em 2004, as manifestações de rua duraram do dia 28 de junho ao dia 7 de julho, quando finalmente o objetivo foi alcançado em sua plenitude<sup>2</sup>. Analisamos aqui a organização do movimento, seus limites e suas possibilidades através de dois livros de Leo Vinicius, *A Guerra da Tarifa* e *Guerra da Tarifa 2005: uma visão de dentro do Movimento Passe Livre em Floripa*, explicando os protestos a partir de uma perspectiva de quem os vivenciou de dentro, sendo na primeira revolta como “independente” e, na segunda, como membro do MPL. Porém, não utilizamos aqui o termo “guerra”, e sim “revolta”, pelo fato de o termo nos

<sup>1</sup> Não existe nesse período um valor único em relação ao transporte público, sendo que o maior preço da passagem chegava a custar R\$3,00 com o aumento, que depois acabou por ser revogado. Por isso, utilizaremos a expressão “aumento das tarifas” no plural.

<sup>2</sup> Houve manifestações no dia 8 de julho, um dia depois do anúncio da revogação, para comemorar o acontecido.

parecer exagerado. Entretanto, tal escolha não tem por objetivo minimizar as agressões e arbitrariedades (muito mais pelo lado da polícia do que dos manifestantes) ocorridas antes, durante e depois das manifestações, tanto em 2004 quanto em 2005.

### **1.2.1 A Revolta da Catraca em 2004**

Ao contrário da Revolta do Buzu, a Revolta da Catraca tanto em 2004 como em 2005, saiu plenamente vitoriosa, conseguindo fazer o que parecia quase impossível: revogar o aumento das tarifas por dois anos seguidos. Mas nada disso veio por acaso. Já existia em Florianópolis, desde o ano 2000, a chamada Campanha pelo Passe Livre (CPL), cujo nome é autoexplicativo. A Juventude Revolução Independente (JRI), um grupo de jovens de esquerda, cujo nome também é autoexplicativo, foi segundo Vinicius (2005, p. 22), a “principal organização política por trás da CPL em Florianópolis, chegando por vezes a se confundir com ela (...)”. Para além dessa parte importante para se entender a revolta, não se pode esquecer a Revolta do Buzu e sua influência junto a esses dois grupos.

Realmente, um dos grandes diferenciais entre as Revoltas da Catraca e a Revolta do Buzu foi a sua capacidade de organização. Ter um ou mais coletivos organizados não para propriamente dirigir as manifestações, mas para mediar conflitos, delegar tarefas, controlar igualmente o tempo de fala de cada um nas assembleias, ajudar a formar comissões quando necessárias são tarefas fundamentais para que as soluções sejam maiores que os conflitos entre indivíduos e/ou grupos, bem como a vaidade dos mesmos. Parece que o método para se atingir as conquistas relativas ao transporte é o mesmo: mobilização social organizada através de democracia direta, partindo depois para uma manifestação de insatisfação coletiva, geralmente (mas nem sempre) em espaços públicos de grande circulação de pessoas. A tarefa é tanto cansativa quanto complicada. Porém, se bem executada, ela garante a todos os indivíduos a possibilidade de se expressarem, serem de igual forma ouvidos, sem uma hierarquia pré-estabelecida por partidos políticos ou outras entidades que não possuem a legitimidade perante o movimento para tais ações.

O movimento fez a sua primeira manifestação no dia 28 de junho, justamente em resposta ao aumento das tarifas que passou a valer um dia antes da manifestação:

Dia 22, o Conselho Municipal votou o aumento de 15,6% das tarifas de ônibus, que passariam a ser as mais caras do Brasil, e num sistema terrivelmente ruim. A Campanha pelo Passe-Livre convocou uma grande manifestação contra o aumento para o dia 28 de junho, segunda-feira, um dia após a entrada em vigor das novas tarifas. O ato deveria ocorrer durante todo o dia, culminando às 17h em frente ao Terminal do Centro (TICEN) (VINICIUS, 2005, p. 30).

Segundo Vinicius (2005), os protagonistas do movimento em Florianópolis, no ano de 2004, certamente foram os estudantes secundaristas, e em especial de escolas públicas. Outros grupos também foram às manifestações (como por exemplo, estudantes universitários), porém em menor número.

Foram feitas a partir desta data até o dia 7 de julho (dia da revogação do aumento), diversas passeatas, fechamento de terminais, trancamentos de rua, dentre outras demonstrações de insatisfação. As ações do movimento eram decididas, em geral, a partir de assembleias populares em espaços públicos, como por exemplo, em frente ao Terminal de Integração do Centro (TICEN). Além da decisão de como e quando seriam as próximas manifestações, os participantes também decidiram montar comissões responsáveis por uma melhor organização do movimento.

Houve, durante algumas manifestações, abusos policiais, como prisões aparentemente arbitrárias e também um uso, em algumas ações, deveras excessivo do aparato repressivo (bombas de efeito moral, gás de pimenta, bombas de gás lacrimogêneo, dentre outros). Porém, isso não surtiu o efeito esperado, no sentido de deixar os manifestantes receosos de voltarem às ruas para a próxima ação.

Mas não eram somente os policiais que tentavam desmobilizar o movimento: a mídia de massa provavelmente foi um dos maiores (senão o maior) obstáculo enfrentado pelo movimento:

Desde o primeiro dia de manifestações até o momento, a grande imprensa de Florianópolis tem sido porta-voz incondicional da oligarquia e dos interesses das empresas de transporte. O conservadorismo, o reacionarismo, beirando o fascismo, de articulistas e comentaristas de TV locais deixou mais que explícito o caráter da imprensa catarinense. Era a mídia, dizendo explicitamente o que a prefeitura não podia dizer, que pedia repressão aos manifestantes. Tudo, é claro, em nome do “direito de ir e vir” e da “liberdade de locomoção” (evidentemente era exatamente por esse “direito de ir e vir” e pela “liberdade de locomoção” que parte da população tinha tomado as ruas, afinal o tal direito de ir e vir estava caro demais: seis reais!!!) (VINICIUS, 2005, p. 51-52).

Aqui está outra característica em comum com a revolta soteropolitana: a mídia dando suporte à decisão do aumento das tarifas. Mas o que fazer diante de tal narrativa midiática? Produzir outra narrativa. Está aqui uma diferença entre os dois movimentos. Desde o primeiro

dia de manifestação (e até antes do primeiro, na divulgação do primeiro ato) estavam presentes membros do Centro de Mídia Independente (CMI) com seus materiais de divulgação. Abaixo, uma breve explicação sobre o que é o CMI e, em específico, o CMI-Brasil:

O CMI-Brasil é movimento de resistência midiática que tenta produzir jornalismo diferencial ao da mídia hegemônica e em sua organização busca criar espaço de experimentação de democracia direta. O CMI é rede de coletivos, formado por sujeitos e grupos diferenciados espalhados por inúmeras regiões do país. Nele não há hierarquias e centros de poder, os coletivos são autônomos, mas agem em comum. Esta seria uma boa definição do conceito de multidão: reunião de singularidades que produzem em comum; por isso dizemos que CMI-Brasil cria um jornalismo de multidão. Os coletivos são segmentos que organizam o CMI: há coletivos em localidades diversas que são encarregados de pôr em funcionamento os projetos da rede, o qual o principal é o site. A organização se dá em listas de discussão.

[...]

O site do CMI é seu mecanismo mais visível, nele estão notícias que tratam de temas sobre grupos de resistência brasileiros e, em número reduzido, latino-americanos. O site é dividido em duas publicações: uma que é feita por seu coletivo editorial, outra por qualquer um mediante mecanismo de publicação aberta (DE CARVALHO, 2011, p. 344).

Conforme Vinicius (2005), os principais canais de comunicação utilizados pelo CMI para noticiar acontecimentos relativos às manifestações foram o seu próprio site ([www.midiaindependente.org](http://www.midiaindependente.org)), jornais de poste e boletins, todos com uma interpretação muito distinta em relação à grande mídia dos acontecimentos. No caso do site, além de notícias, também foram divulgadas imagens, vídeos, reportagens e fotos referentes aos protestos. Além do CMI, a Rádio de Tróia e o site [www.sarcastico.com.br](http://www.sarcastico.com.br) ajudaram o movimento a encontrar outros espaços para divulgar a narrativa em relação ao que estava acontecendo em Florianópolis naquelas duas semanas.

Segundo Vinicius (2005), depois de duas semanas, o movimento conseguiu suspender o aumento das tarifas por 30 dias, no dia 07 de julho, através de medida cautelar emitida por um juiz federal. A medida foi expedida algumas horas antes que expirasse o prazo do ultimato dado pelo movimento para revogar tal aumento.

Esse final talvez possa ter sido conquistado não somente pelo fato dos manifestantes estarem aos milhares na rua durante os dias de protesto, mas também por conseguirem produzir e divulgar uma narrativa distinta da oficial, mostrando uma interpretação dos fatos diferente da mostrada pelos grandes veículos de comunicação. Esse, provavelmente, foi o grande diferencial das Revoltas da Catraca em relação à Revolta do Buzu.

Porém, alguns dias antes do Natal, em dezembro de 2004, finalmente os empresários de transporte conseguiram aumentar as tarifas. Conforme Vinicius (2006), os empresários do transporte público esperaram as férias escolares para elevar as tarifas de ônibus, justamente para não haver nenhum tipo de reação por parte da população e, em especial, dos estudantes. Foi aprovado dias antes do Natal um aumento de 6,8%, o qual não encontrou a resistência nas ruas como havia acontecido alguns meses antes.

A tática dos empresários teve êxito. Entretanto, Vinicius (2005) nos alerta que a possibilidade de se contrapor à elevação das tarifas e conseguir barrá-las permaneceu no imaginário social não só dos estudantes como também no da população em geral. E isso acabou por dar esperança aos envolvidos (e aos que não se envolveram também) a ideia de que seria possível fazer, em momentos futuros, mobilizações que conseguissem revogar novamente o aumento das tarifas. E foi exatamente o que aconteceu em 2005.

### **1.2.2 A Revolta da Catraca de 2005**

Embora os protestos novamente contra a elevação das tarifas de ônibus tenham acontecido na mesma cidade, com os mesmos grupos sociais e também com o mesmo final (revogação do aumento das tarifas), houve diferenças interessantes em relação aos protestos de 2004. Porém, comecemos com um breve resumo dos acontecimentos:

Mesmo avisado por membros do Movimento Passe-Livre de que haveria resistência se as tarifas fossem aumentadas, a prefeitura do PSDB pagou para ver. No meio de um feriadão, numa sexta-feira, dia 27 de maio de 2005, sai a notícia de que as tarifas estariam mais caras em média 8,8% a partir de domingo, dia 29.

O aumento de 8,8% iria completar os 15,6% que causaram a revolta popular em 2004, já que 6,8% os empresários já haviam conseguido conquistar em dezembro de 2004. As passagens mais caras, as que vão para o sul e norte da ilha, iriam custar R\$ 3,00. O aumento foi autorizado por um juiz, concedendo legalidade ao decreto da prefeitura que havia aumentado as tarifas em 15,6% em junho de 2004, e portanto derrubando a ação judicial que havia revogado aquele aumento. Fontes nos disseram que havia sido o próprio secretário de transporte da prefeitura, Norberto Stroisch, que havia pessoalmente conversado com o juiz para liberar o aumento, fazendo o papel de verdadeiro testa de ferro e advogado das empresas de transporte. Papel esse que ficou bastante evidente na postura e nas declarações da prefeitura durante as semanas de manifestações, só se revertendo quando a prefeitura, jogando a toalha, não agüentou mais a condição de isolamento em que acabou ficando devido às mobilizações populares e revogou o aumento por decreto, com um discurso já diferente, não advogando mais retoricamente em favor das empresas (VINICIUS, 2006, p. 13-14).

É importante ressaltar que o MPL tinha acabado de ser fundado, no V Fórum Social Mundial, em 29 de janeiro 2005, em Porto Alegre. Vários de seus integrantes participaram ativamente dos protestos de 2004, sendo naquele período membros da CPL. O movimento colocou-se como o organizador dos protestos.

Foram frequentes as assembleias em lugares públicos durante as três semanas de manifestações. A democracia direta continuou presente tanto na horizontalidade da organização interna do MPL quanto na organização dos protestos junto à comunidade. O grupo social predominante nas mobilizações foi, novamente, composto por estudantes secundaristas de escolas públicas, seguidos de universitários.

O que aumentou em comparação ao ano anterior, segundo Vinicius (2006), foi a repressão policial, causada pelo alinhamento político do prefeito e do governador do Estado, bem como mais ações violentas por parte de alguns manifestantes, a prisão de membros do MPL e agressões de todas as ordens em relação aos manifestantes: bala de borracha, agressões físicas sem nenhum motivo que as justificassem<sup>3</sup>, bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral. O governo municipal colocou propagandas em emissoras de televisão no intuito de desmobilizar o movimento, principalmente os menores de idade, obviamente para poder bater nos manifestantes indiscriminadamente, sem ter medo de perder capital político por agredir menores de idade, sendo estes possivelmente uma parte considerável de classe média. Já o movimento tinha como grande aliado no que se refere à produção de narrativas o CMI, assim como no ano anterior.

Porém, da mesma forma que em 2004, o movimento não se restringiu a militantes do MPL e CMI. Vinicius (2006) afirma que havia ali também membros de partidos políticos, e em especial do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), além de anarquistas, independentes, dentre outros grupos. Houve momentos em que o próprio MPL se viu sem capacidade de coordenar o movimento. Isso ficou evidente na noite de 02 de julho. Na tarde desse mesmo dia se reuniram diversos grupos sociais que compunham os protestos: membros do PSTU, sindicalistas, membros do MPL e da União da Juventude Socialista (UJS), que faziam parte do PC do B. Qual o motivo da reunião? Pensar a organização dos protestos à noite em frente ao TICEN. Vinicius ficou responsável de ficar em cima do carro de som. Entretanto, a situação fugiu do controle. É perceptível que os organizadores não esperavam o que aconteceu naquela noite:

---

<sup>3</sup> Essa última informação também pode ser verificada ao longo do documentário *Amanhã Vai Ser Maior – Revolta da Catraca – Florianópolis (2005)*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mq9iRIyz-7U>>.

Me inscrevi. Peguei o microfone para fazer a proposta que havia sido acordada na reunião. Para falar a verdade, não me recordo mais qual era a proposta. Acho que era uma passeata por algum trajeto específico. Mas enfim, fui vaiado quando fiz a proposta, quase não consegui falar. Era “ponte”, apenas “ponte”, e qualquer um que não falasse para ir à “ponte” era vaiado. Evidentemente, o fato de se vaiar uma proposta dessa forma, sem deixar o interlocutor falar direito, não é nada democrático. Mas não dá para exigir muito se as pessoas de fato não têm o costume da democracia direta. Estão acostumadas a ouvirem políticos, patrões e dirigentes que decidem por suas vidas, sendo o único recurso para fazer ouvir suas vontades no dia-a-dia a vaia, o grito, a desobediência civil, que, afinal, era o que estávamos fazendo naqueles dias.

Era impossível fazer ganhar qualquer outra proposta. Ir para a ponte ganhou de longe. Absolutamente nada do combinado naquela reunião havia dado certo. Ir para a ponte: missão suicida (VINICIUS, 2006, p. 38-39).

“Missão suicida”, pois, segundo Vinicius (2006), o aparato policial já estava pronto para atacar quem estivesse disposto a fechar uma das pontes que ligam a ilha ao continente. Após o conflito inevitável entre os manifestantes próximos a uma das pontes e a polícia, os primeiros decidiram voltar ao TICEN, vendo que seria improvável tomar a ponte, devido à quantidade de policiais ali presentes. Então decidiram invadir o terminal. Além disso, os manifestantes, nessa noite, esbarraram em um problema frequente nas assembleias populares: a falta de objetividade por parte daqueles que queriam uma autopromoção política a partir do uso do microfone, o que acabou gerando um grande desgaste nos participantes. Além disso, a falta de respeito na assembleia foi algo que chamou atenção do autor, que acredita ser justificável, conforme vimos.

Deixando então de lado a concepção de que os movimentos sociais necessitam de uma formação de quadros de vanguarda para fazerem parte de uma direção para mandar de forma autoritária no movimento, é necessário alguém para coordenar como funcionará a assembleia, de forma simples, direta, não deixando que ninguém seja silenciado ou censurado, de preferência com rotação dos membros que controlam o tempo ou o microfone a cada determinado número de assembleias. Dessa forma é possível garantir uma democracia com respeito entre os manifestantes. Conforme Vinicius (2006), esse foi um grande problema para o MPL, já que boa parte de seus integrantes que organizavam as assembleias foram presos pela polícia logo no primeiro dia de manifestação.

Aqui está mais um ponto distinto entre as duas revoltas da catraca: em 2005, houve uma violência simbólica maior por parte dos manifestantes. Isso é comprovado pelo trecho a seguir:



O TICEN foi invadido. Grades foram derrubadas, vidros foram quebrados. Eram cenas de revolta. Revolta contra aquele sistema de transporte capitalista, ruim e caro. Nunca havia vivido uma verdadeira riot (distúrbio, desordem, caos), como se diria em inglês, como aquela. Florianópolis nunca havia vivido uma noite como aquela. Pelo menos não no tempo em que vivi nessa cidade.

Uma guarita de fibra foi totalmente destruída. A sede da Cotisa, consórcio das empresas de transporte que administra os terminais, foi apedrejada, diante dos olhos aprovadores de todos os manifestantes que eu podia ver. Sua fachada de vidro foi totalmente quebrada. Computadores, fax, tudo que havia dentro foi destruído. Ano passado sua fachada de vidro já havia sido alvo de pedras. (Com a destruição deste ano, a Cotisa resolveu repensar o design da sua sede, mudando a fachada de vidro por concreto, sem janelas e com porta de ferro; uma verdadeira loja maçônica).

Depois de um tempo de incursão dos manifestantes ao TICEN, as bombas da polícia se aproximaram de nós. O caminhão de som finalmente percebeu que não tinha mais o que fazer ali e foi embora. Fui andando junto com algumas centenas que andavam em direção ao terminal antigo e à praça XV. No caminho, barulho de vidros quebrados: eram postos de polícia e coisas do tipo. O centro da cidade era do povo em rebeldia (VINICIUS, 2006, p. 42-43).

A noite do dia 02 de julho foi emblemática também porque após o movimento destruir a sede da Companhia Operadora de Terminais de Integração S.A. (COTISA), um grupo de manifestantes (é impossível saber ao certo se estavam ou não no TICEN anteriormente) colocou fogo dentro da Câmara Municipal de Vereadores:

Exatamente no momento em que passava em frente à Câmara, um grupo de manifestantes posicionados ali começou a atirar pedras na dezena de policias que guardava a entrada da casa. Os policias ameaçaram uma reação bem na hora que eu passava em frente a eles. Passei, e parei pra observar um pouco à distância. Uma chuva de pedras fez os policiais escolherem bater em retirada, numa cena inusitada. A Câmara ficou livre para ser apedrejada. Fui embora, sem ver a porta de entrada ser arrombada, e manifestantes entrarem e colocarem fogo dentro dela, em cenas que fazem já parte da história da rebeldia do povo de Florianópolis. Pelo centro da cidade, parecia que havia uma brincadeira real de polícia-e-ladrão. Uns tentando andar sem ser vistos pelos outros... os outros correndo atrás dos uns. O que só fiquei sabendo no dia seguinte é que, quando havia ido embora, centenas ou milhares de manifestantes ainda estavam em frente ao TICEN. E de lá, um grupo tentou ir à Beira-Mar, sendo impedido pelos ataques da polícia. E outro grupo decidiu ir à prefeitura, sendo dispersos pela tropa de choque quando se aproximavam (VINICIUS, 2006, p. 43).

Assim como na Revolta do Buzu e na Revolta da Catraca de 2004, na Revolta da Catraca de 2005, houve, como se pode perceber a partir do trecho acima, manifestações simultâneas e autônomas, sem um controle central. Fica claro que nenhum manifestante sentia a obrigação de avisar/consultar algum membro do MPL sobre alguma ação que pretendia fazer. Ao mesmo tempo em que o MPL tentava coordenar o movimento, ele não possuía um poder de deliberação concedido pelos manifestantes através de uma representação política.

Depois de várias reviravoltas e diversos tipos de mobilização, após três semanas o prefeito finalmente revogou o aumento da passagem, no dia 21 de junho, terça-feira. Todavia, o processo foi um tanto quanto curioso/conturbado:

Na sexta-feira à noite, dia 17 de junho, os vereadores ineditamente iriam “trabalhar” e aprovar o projeto de redução das tarifas através de subsídio municipal, com o substitutivo global, apresentado pelo próprio legislativo, que incorporava todos os patamares de tarifa ao subsídio.

[...]

Na terça-feira, dia 21 de junho, ele também não sancionaria o projeto de lei. Ele iria além, simplesmente revogaria o aumento das tarifas, voltando ao preço anterior. O discurso do prefeito agora era de que, uma vez que as empresas de transporte participaram da implementação desse sistema, elas portanto deveriam arcar com o custo disso. O isolamento causado pela pressão e revolta popular fez o prefeito preferir, momentaneamente, trocar a advocacia das empresas pela advocacia do povo. A tarifa foi reduzida sem subsídio público (VINICIUS, 2006, p. 61-63).

Enfim, depois de um longo período, o objetivo foi alcançado. A vitória parcial em Salvador na Revolta do Buzu e as vitórias “totais” nas Revoltas da Catraca foram fundamentais para a criação de um imaginário social que perceba na ação direta, na democracia direta, na horizontalidade uma possibilidade concreta não só de lutar por um transporte público mais barato, mas também de conquistar este objetivo de forma real e imediata.

Mais do que isso: serviram (e servem até hoje) de inspiração para a formação de coletivos preocupados com a questão do transporte público, bem como para os já existentes. Isso não quer dizer que não houve erros na condução do movimento, pois eles existiram.

As três revoltas ajudaram a espalhar, de forma direta ou não, o MPL para diversas cidades em vários estados brasileiros. Mas o MPL vai além da questão do transporte público. Nas palavras do próprio movimento:

A organização descentralizada da luta é um ensaio para uma outra organização do transporte, da cidade e de toda a sociedade. [...] A ação direta dos trabalhadores sobre o espaço urbano, o transporte, o cotidiano da cidade e de sua própria vida não pode ser apenas uma meta distante a ser atingida, mas uma construção diária nas atividades e mobilizações, nos debates e discussões. O caminho se confunde com esse próprio caminhar, que não começou em Salvador, e não vai terminar em São Paulo (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 29).

O MPL não está preocupado exclusivamente com temas relacionados ao valor da passagem, à mobilidade urbana, à quantidade de linhas disponíveis, à qualidade do transporte: está também preocupado com outro tipo de cidade e de sociedade.

## CAPÍTULO II

### 2 AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 E AS REDES DE INDIGNAÇÃO E ESPERANÇA NO BRASIL E NO MUNDO

Eles [políticos brasileiros] nunca negaram que são bandido, cara. A gente é que é... a gente é covarde, cara. A gente... eu acho que a gente devia ser açoitado as seis horas da tarde por eles, cara... Todos nós, todos os trabalhadores, todas as pessoas honestas desse país devia se curvar pra eles e apanhar. Porque o que a gente deixa eles fazer... de alguma forma eu consenti que esses caras se perpetuassem no poder, que esses cara deixassem o povo na miséria, de alguma forma. Ou através do meu silêncio, da minha covardia... Eu acho que esses caras tão certo, cara. Eu acho que eles tem que roubar a gente mesmo porque nós somos muito covarde, muito canalha. Nós somos uma sociedade hipócrita pra caralho. A gente dá um real pro cara do... mendigo, mas não quer saber quem transformou esse cara num mendigo, cara. (Sérgio Vaz)

As Jornadas de Junho de 2013, assim como todos os fatos históricos, possuem diversas interpretações feitas tanto no calor do momento quanto em momentos posteriores. Ao longo do tempo, com o desenrolar dos acontecimentos, percebemos que uma parte dessas interpretações acabou em descompasso com a realidade. Analisamos, nessa parte do trabalho, algumas interpretações feitas sobre as manifestações, em especial utilizando o documentário *Junho – O Mês Que Abalou o Brasil*. Tal documentário demonstra uma multiplicidade de atores sociais que possuem uma multiplicidade de interpretações sobre as jornadas, por vezes antagônicas entre si. Além disso, estabelecemos relações entre as jornadas com os chamados movimentos sociais em rede (CASTELLS, 2013), bem como uma reflexão sobre a identidade cultural da pós-modernidade (HALL, 2005) e sua relação com as jornadas.

#### 2.1 AS JORNADAS DE JUNHO E SEUS SIGNIFICADOS

As Jornadas de Junho foram manifestações populares ocorridas do dia 06 de junho até a final da Copa das Confederações FIFA 2013, no dia 30 de junho,<sup>4</sup> em pelo menos 438

---

<sup>4</sup> Aconteceram manifestações em julho do mesmo ano. Porém o número de manifestações e de manifestantes foi ínfimo se comparado ao mês anterior. Mais informações disponíveis em < <http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/> >.

idades em todos os Estados brasileiros e distrito federal. As primeiras manifestações ocorreram na cidade de São Paulo, sendo organizadas pelo Movimento Passe Livre – São Paulo. Inicialmente, essas manifestações em São Paulo possuíam uma pauta bem definida: a revogação do aumento de vinte centavos das tarifas de transporte público (ônibus, trem e metrô) que passaram de R\$3,00 para R\$3,20.

Em suas quatro primeiras manifestações em São Paulo (06, 07, 11 e 13 de junho), o movimento sofreu a oposição da grande mídia de massa (através de portais de notícias online, jornais, revistas, televisão, rádio, etc.). No dia 13 de junho, a Folha de São Paulo e o Estadão pediam em seus editoriais uma ação ainda mais enérgica dos policiais e do poder público como um todo. Abaixo, trecho do editorial da Folha de São Paulo do dia 13 de junho, sob o título de “Retomar a Paulista”:

Cientes de sua condição marginal e sectária, os militantes [do MPL] lançam mão de expediente consagrado pelo oportunismo corporativista: marcar protestos em horário de pico de trânsito na avenida Paulista, artéria vital da cidade. Sua estratégia para atrair a atenção pública é prejudicar o número máximo de pessoas.

É hora de pôr um ponto final nisso. Prefeitura e Polícia Militar precisam fazer valer as restrições já existentes para protestos na avenida Paulista, em cujas imediações estão sete grandes hospitais.

Não basta, porém, exigir que organizadores informem à Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), 30 dias antes, o local da manifestação. A depender de horário e número previsto de participantes, o poder público deveria vetar as potencialmente mais perturbadoras e indicar locais alternativos (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013).

O editorial do Estadão do mesmo dia, intitulado “Chegou a hora do basta” aponta para a mesma direção, como é possível concluirmos a partir do trecho abaixo:

A reação do governador Geraldo Alckmin e do prefeito Fernando Haddad - este apesar de algumas reticências - à fúria e ao comportamento irresponsável dos manifestantes indica que, finalmente, eles se dispõem a endurecer o jogo. A atitude excessivamente moderada do governador já cansava a população. Não importa se ele estava convencido de que a moderação era a atitude mais adequada, ou se, por cálculo político, evitou parecer truculento. O fato é que a população quer o fim da baderna - e isso depende do rigor das autoridades.

De Paris, onde se encontra para defender a candidatura de São Paulo à sede da Exposição Universal de 2020, o governador disse que "é intolerável a ação de baderneiros e vândalos. Isso extrapola o direito de expressão. É absoluta violência, inaceitável". Espera-se que ele passe dessas palavras aos atos e determine que a PM aja com o máximo rigor para conter a fúria dos manifestantes, antes que ela tome conta da cidade (ESTADÃO, 2013).

Entretanto, O MPL possui uma interpretação distinta em relação à atuação dos policiais nos protestos. Nina Cappello, integrante do MPL – SP e participante das Jornadas de

Junho, fala especificamente sobre o assunto no documentário *Junho – O mês que abalou o Brasil*: “Desde o primeiro dia, a gente teve muitos manifestantes presos. E muitos manifestantes que simplesmente tavam andando na rua, chegaram na delegacia e foram imputados crimes que eles sequer tinham praticado” (WAINER, 2014, 19:44 – 19:53).

A violência usada em excesso pelo aparato repressivo contra manifestantes pacíficos gerou uma indignação na sociedade como um todo após a noite do dia 13. Além disso, um policial do Choque, nessa noite, acertou um tiro de borracha no rosto da repórter da TV Folha, Giuliana Vallone, sem nenhum motivo aparente que justificasse tal ato. A própria repórter relata o que viu nessa noite: “Ao longo de toda a manifestação na quinta-feira eu acompanhei a polícia batendo em gente e atirando e jogando bomba em gente que tava gritando ‘sem violência’” (WAINER, 2014, 17:24 - 17:35). Tanto a indignação da sociedade quanto o tiro no rosto de uma jornalista da grande mídia fizeram com que praticamente toda a imprensa mudasse de opinião e, a partir de então, apoiasse os protestos. Depois dos protestos na noite do dia 13, o jogo começou a virar.

Uma das consequências do apoio aos protestos encabeçado pela grande mídia foi o aumento do número de manifestantes na cidade de São Paulo. Com isso, houve em São Paulo um processo enorme de difusão de pautas, bem como das classes sociais presentes nas ruas. No início o que predominava nos protestos eram estudantes secundaristas e universitários de classe média, vinculados ou não ao MPL, além de militantes de partidos de esquerda, anarquistas e independentes. Depois da virada da narrativa midiática houve o incremento nos protestos de jovens de classe média, aparentemente sem filiação partidária e com certo ódio à ideia de existir na manifestação grupos ligados a partidos políticos e movimentos sociais que levantassem bandeiras dessas entidades em pleno protesto. Elena Judensnaider, manifestante, falou sobre o protesto ocorrido na cidade, na noite de 17 de junho, o primeiro após a virada da narrativa midiática: “O que eu vi foi a difusão de pauta gritante assim... então... eu quase não ouvi, né, os gritos de rua relativos a transporte” (WAINER, 2014, 33:26 – 33:36).

Os “novos manifestantes” (termo genérico para designar quem aderiu aos protestos após a virada de narrativa midiática) foram, provavelmente, os maiores responsáveis (embora não os únicos) pela difusão da maioria das pautas. A partir de imagens obtidas através do documentário *Junho – O mês que abalou o Brasil* é possível identificar essas pautas: a favor da saúde, educação, contra a PEC 37, corrupção, por menos impostos, dentre tantas outras. Essas pautas já apareciam na manifestação do dia 13 de junho, porém de forma muito secundária (SOUZA, 2016). Quanto a PEC 37, cabe uma breve reflexão em especial. Jessé

Souza, em seu livro intitulado *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*, faz uma breve análise sobre o assunto:

[...]A PEC 37 e sua crítica passa a ser [a partir do dia 13 de junho] frequentemente referida pelo Jornal Nacional [da Rede Globo] como uma demanda cada vez mais importante das “ruas”. A PEC limitava a atividade de investigação criminal às polícias federal e civil dos estados e do Distrito Federal, como, aliás, acontece na maioria dos Estados democráticos. Isso contrariava o desejo dos integrantes do Ministério Público, que também queriam investigar e acusar, o que por sua vez contrariava a divisão de trabalho típica do judiciário. A ideia aqui é que haja controles recíprocos e nenhum órgão possa monopolizar todas as ações e momentos processuais (SOUZA, 2016, p. 89-90).

Em nenhuma manifestação antes da virada midiática houve uma completa uniformidade de posições políticas de todos os participantes, mas as divergências estavam até então sendo ao menos toleradas mutuamente para se conseguir o objetivo desejado, a revogação do aumento das tarifas do transporte público. A partir do dia 17 de junho, justamente por causa da entrada de novos grupos sociais nos protestos, o cenário muda e a intolerância política começa a aparecer.

Em São Paulo houve uma tentativa frustrada por parte dos manifestantes de invadir o Palácio dos Bandeirantes. Entretanto, ao contrário do que vinha acontecendo até então, a polícia não agiu com mão de ferro, provavelmente devido à troca de narrativa feita pelos grandes meios de comunicação, bem como a indignação da população como um todo. Nessa mesma noite ocorreram manifestações em diversos estados brasileiros além da cidade de São Paulo. O protesto em Brasília reuniu mais de cinco mil pessoas. Parte dos integrantes tentou invadir o Congresso Nacional, porém sem sucesso.

Jessé Souza também faz uma análise sobre a influência do Jornal Nacional da Rede Globo nas Jornadas de Junho e as mudanças na narrativa sobre os protestos. Sobre a edição do dia 17, o autor percebe que:

O protesto passou a ser definido como pacífico, e a bandeira brasileira se tornou seu símbolo. Agora os protestos eram tidos como “expressão democrática” e já não se dizia que causavam tumulto ou prejuízo ao trânsito. O sentido mudou de negativo para positivo. A ênfase em bandeiras específicas como os protestos contra os gastos da copa do mundo, a PEC 37 e, em sentido ainda abstrato, contra a corrupção, se iniciam e consolidam a federalização aberta do movimento. Os apresentadores do jornal passavam a dizer com rosto feliz e sorriso aberto que tudo era pacífico. Os tumultos agora eram produto de uma “minoridade de vândalos” (SOUZA, 2016, p. 90-91).

Logo, o Jornal Nacional não foi somente um meio para divulgar os anseios dos manifestantes: foi um espaço para a Rede Globo estimular determinadas pautas que eram de

cunho federal, a fim de tentar canalizar a indignação para a figura da então presidenta da República, Dilma Roussef.

No dia 18 de junho ocorreu o sexto protesto na cidade de São Paulo, acontecendo nele uma tentativa de invasão da prefeitura, por uma parcela dos manifestantes. Não foi possível para a Guarda Municipal contê-los sozinha, sendo então necessário o reforço do Batalhão de Choque que, juntos, conseguiram contornar a situação. Além disso, lojas foram em parte saqueadas e em parte tiveram seus produtos simplesmente quebrados.

A revogação da tarifa de ônibus em São Paulo ocorreu no dia 19 de junho, muito celebrada pelos manifestantes como um todo e em especial pelo MPL. No dia 20 de junho ocorreram protestos em mais de cem cidades brasileiras, totalizando aproximadamente 1.405.200 pessoas<sup>5</sup>, o maior número de manifestantes de todos os dias das Jornadas de Junho. Nesse dia também houve protesto na cidade de São Paulo, mesmo depois da revogação do aumento da tarifa. Todos os espectros políticos, da extrema-esquerda à extrema direita foram às ruas na capital paulista: anarquistas, comunistas, liberais, nacionalistas, neonazistas, independentes, pessoas sem nenhum tipo de formação política. Leonardo Sakamoto, jornalista, comenta a situação na capital paulista:

Há aquele grupo de jovens que não politizados, né, que desaguaram nas manifestações e de certa forma, não digamos órfãos, mas continuam lá manifestando e correndo atrás, e há também um grupo, digamos, mal intencionado, de direita. O que houve na Paulista nessa quinta-feira [20 de junho]? Havia skinhead, havia supremacia branca, havia neonazista e pessoas de extrema-direita que tavam tentando cooptar também esses jovens, esse pessoal (WAINER, 2014, 43:06 – 43:31).

Mesmo já havendo discussões, xingamentos e agressões físicas no dia 17 entre manifestantes de posições políticas antagônicas, no dia 20 houve um agravamento enorme da situação. Grupos nacionalistas entraram em conflito com os “velhos manifestantes” (militantes de esquerda, de movimentos sociais, anarquistas, independentes...), que estavam desde as primeiras manifestações, justamente porque os “novos manifestantes” não aceitavam bandeiras que não fossem a do Brasil, e odiavam de modo especial movimentos sociais e partidos políticos de esquerda. Entretanto, aconteceu queima de bandeira por ambas as partes: os “velhos manifestantes” avessos ao nacionalismo queimaram bandeira do Brasil; os “novos manifestantes” avessos aos partidos políticos queimaram bandeira do Partido dos Trabalhadores (PT). O professor e cientista político Marcos Nobre analisou essa intolerância política: “Se na rua estão pessoas que tem... que tão lado a lado, mas que tem posições

---

<sup>5</sup> Disponível em: < <http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>>.

políticas não só diferentes, mas às vezes incompatíveis, é claro que vão surgir diferenças e vão surgir episódios violentos até” (WAINER, 2014, 41:15 – 41:30). Sobre a aparição de diversos grupos políticos nos protestos, Vladimir Safatle, filósofo, adverte que:

Então quando ficou evidente que existia de fato um nível grande de descontentamento, você tinha o direito então de mostrar o seu descontentamento, então aconteceu uma espécie de desrecalque. Então todas as demandas apareceram na rua, e aí no espectro que vai da extrema-esquerda a extrema-direita. Eu diria isso é muito natural, isso é muito natural. Porque isso significa que a política volta às ruas (WAINER, 2014, 43:42 – 44:07).

Assim como no dia 17 de junho, em Brasília, no dia 20 de junho, aconteceu uma nova tentativa de invasão no Congresso Nacional por uma fração dos manifestantes. Todavia, o número total de manifestantes (considerando aqueles que tentaram ou não invadir o congresso) era bem maior, cerca de 60 mil. A polícia conseguiu conter a invasão ao Congresso Nacional, mas não conseguiu conter manifestantes que, ao se verem frustrados na tentativa de invasão, decidiram (e conseguiram) atear fogo em parte do Palácio do Itamaraty.

Continuaram a ocorrer manifestações não só em São Paulo, mas no Brasil inteiro após o dia 20 de junho. Entretanto, após o dia 22 de junho (quando foram registrados, somando todos os protestos no país, cerca de 324.580 participantes), o número de protestos, bem como o número de manifestantes diminuiu drasticamente, de forma que após o dia 30 de junho (data da final da Copa das Confederações), os protestos aconteceram com poucos manifestantes (em geral, menos de três mil) ou simplesmente cessaram, com algumas exceções.

Como já foi dito, é prudente separar as Jornadas de Junho em dois momentos para um melhor entendimento. O primeiro, de 06 a 13 de junho, com uma pauta bem definida que era a revogação da tarifa e um grupo de manifestantes que era composto basicamente de estudantes de classe média e da classe C, militantes de partidos políticos de esquerda, anarquistas e independentes. Esse período é caracterizado por uma grande violência policial, além de uma oposição ferrenha por parte da grande mídia. O segundo momento foi de 14 a 30 de junho, caracterizado por uma imensa pulverização de pautas, tendo como participantes dos protestos grupos que vão da extrema-esquerda à extrema-direita, diversidade essa que resultou em agressões mútuas entre grupos políticos com interesses irreconciliáveis. Esse período também é marcado por uma mídia favorável aos protestos e uma diminuição da violência policial nas manifestações, com poucas exceções. Além disso, é nesse momento que as manifestações tomam um caráter nacional, com pelo menos 438 cidades envolvidas em todo o território nacional.



Na cidade de São Paulo, como já afirmamos, a revogação da tarifa aconteceu no dia 19 de junho. Mas o que levou o MPL (e os manifestantes) ao atendimento de sua principal demanda por parte dos governantes? Bruno Torturra, jornalista da rede Mídia Ninja, falou sobre o assunto: “E se a mídia também depois do dia 13 também não tivesse virado de lado e chamado o país inteiro a vitória do MPL também não teria chegado” (WAINER, 2014, 25:30 – 25:40). Porém, é difícil dizer se o apoio da mídia foi o principal motivo pela vitória do movimento, já que, como vimos, as Revoltas da Catraca em Florianópolis não tiveram o apoio da mídia e mesmo assim saíram vitoriosas. Um motivo em comum nas revoltas em Florianópolis e São Paulo são milhares de pessoas na rua por um grande espaço de tempo. Talvez esse seja o motivo principal: uma forte pressão popular na rua de forma contínua por um espaço de tempo considerável.

É possível afirmar que, enquanto país, estamos vivendo desde as Jornadas de Junho até o presente momento uma enorme crise de representação política. A desconfiança nos políticos e nos partidos políticos, que já era imensa antes de 2013, alcança, após as jornadas, patamares estratosféricos. Segundo Safatle: “Nós estamos vivendo um vazio político muito forte. Pela primeira vez depois do fim da ditadura, nós temos o esgotamento de um ciclo político sem a constituição de um outro ciclo alternativo.” (WAINER, 2014, 50:16 – 50:26). Logo, entendemos que seja necessário pensar não somente em uma reforma política que busque oxigenar a democracia representativa na tentativa de prestigiá-la perante a sociedade brasileira, mas também a necessidade de mais canais de democracia direta, ampliando assim a margem de poder do cidadão, ainda tão restrita ao voto. Conforme Marcos Nobre, cientista político:

Se você tem um sistema político que se blindou contra a sociedade, que se fechou sobre si mesmo, não tem mais polarização de posições em que você veja de fato situação e oposição. Então o que você tem é um descompasso entre um sistema político que funciona com base nesse acórdão da governabilidade e as ruas com uma pluralidade de opiniões, de posições políticas que não vê refletido no sistema político. (WAINER, 2014, 49:50 – 50:15)

Podemos classificar as Jornadas de Junho como revoltas populares, dado o número de protestos e de manifestantes. Espontâneas? Não. Nas primeiras quatro manifestações que ocorreram na cidade de São Paulo, quem convocou o povo para ir às ruas foi o MPL. Depois do dia 13, o MPL continuou chamando as manifestações, porém a mídia de massa amplificou esse chamado com a sua bênção, levando às ruas grupos até então receosos a irem aos protestos (a classe média conservadora, por exemplo) nas mais diversas cidades brasileiras.

Utilizamos até agora em vários momentos diversos trechos do documentário *Junho – o mês que abalou o Brasil*. Talvez tenha ficado a impressão de uma narrativa coerente e linear dos acontecimentos durante todo o documentário. Queremos agora desfazer essa ideia. Há uma disputa de narrativas sobre diversos temas (embora em alguns aja consenso) mostrados no documentário. Observemos.

### **2.1.1 O documentário *Junho – o mês que abalou o Brasil*: narrativas em disputa**

Esse interessantíssimo documentário dirigido por João Wainer deu voz aos mais diferentes grupos sociais envolvidos de forma direta ou não nas jornadas. Apresenta em seu interior as interpretações de jornalistas, militantes do MPL, manifestantes independentes, sociólogos, filósofos, profissionais vinculados à grande mídia ou à mídia independente, historiadores, cientistas políticos, pessoas vinculadas ao poder público municipal ou estadual, políticos, além do poeta Sérgio Vaz, dentre outros grupos. Mostramos agora alguns embates dentro do documentário.

O primeiro conflito está vinculado ao que é o MPL. Segundo a militante do MPL, Nina Cappello:

O MPL é um movimento social horizontal, autônomo e apartidário que luta por um transporte verdadeiramente público. O MPL se formou a partir das revoltas populares que aconteceram principalmente em Salvador e em Florianópolis contra o aumento das tarifas de ônibus. As revoltas que aconteceram em Florianópolis que ficaram conhecidas como Guerra da Tarifa foram vitoriosas por dois anos seguidos. Revogaram o aumento da tarifa com a população nas ruas e aí em 2005 no Fórum Social Mundial, diversas cidades que tavam impulsionando lutas por um transporte público se encontraram no Fórum Social Mundial e resolveram criar um movimento social que abarcasse todas essa lutas que foi o Movimento Passe Livre (WAINER, 2014, 04:18 – 04:55).

Já para Demétrio Magnoli, sociólogo, geógrafo e jornalista, colunista da Folha de São Paulo e do jornal O Globo, além de comentarista de política internacional do Jornal das Dez da Globo News: “O MPL é um movimento que se proclama anticapitalista que não tem nenhum interesse no tema da mobilidade urbana. Pra o MPL a mobilidade urbana é um pretexto pra fazer uma revolução” (WAINER, 2014, 05:10 – 05:24). Conforme a carta de princípios do MPL:

O MPL deve ter como perspectiva a mobilização dos jovens e trabalhadores pela expropriação do transporte coletivo, retirando-o da iniciativa privada, sem indenização, colocando-o sob o controle dos trabalhadores e da população. Assim, deve-se construir o MPL com reivindicações que ultrapassem os limites do capitalismo, vindo a se somar a movimentos revolucionários que contestam a ordem vigente. Portanto, deve-se participar de espaços que possibilitem a articulação com outros movimentos, sempre analisando o que é possível fazer de acordo com a conjuntura local<sup>6</sup>.

De fato, o MPL é um movimento anticapitalista. Parece que a ideia de uma transformação social profunda para o movimento está em uma perspectiva de longo prazo. Entretanto, isso não quer dizer que os manifestantes estão utilizando de pretexto questões relativas ao transporte público ou qualquer outro assunto “pra fazer uma revolução”. Essa afirmação, aliás, parece estar mais preocupada em tentar desprestigiar a imagem do movimento perante a sociedade, deixando a impressão de que o movimento é um tanto cínico, mentiroso e oportunista, do que uma crítica construtiva que se possa levar em consideração.

O segundo conflito que analisamos é o correspondente à repressão policial para com os manifestantes e jornalistas no protesto do dia 13 de junho. A repórter Giuliana Vallone afirma que: “Ao longo de toda a manifestação na quinta-feira eu acompanhei a polícia batendo em gente e atirando e jogando bomba em gente que tava gritando sem violência” (WAINER, 2014, 17: 24 - 17:35). Também conta como tomou um tiro no rosto na mesma noite:

Quando a gente tava subindo a [rua] Augusta a gente deu de cara com o Choque. E eu fiquei parada, eu tava com o crachá da Folha pendurado no pescoço sem o celular, porque o meu celular já tinha acabado a bateria e sem falar uma palavra pra qualquer um deles. Foi quando um desses policiais do Choque veio um pouco mais pra frente de onde tavam as pessoas com escudo e ele apontou a arma pra mim. Aquilo tinha acontecido algumas vezes naquele dia, então eu não imaginei que ele fosse atirar em mim. Mas ele disparou (WAINER, 2014, 18:10 – 18:36).

E finaliza com uma breve reflexão sobre o assunto:

Vi, eu vi ele [policial do Choque] mirando em mim, mas eu jamais imaginei que ele fosse atirar. Porque já tinham mirado em mim outras vezes naquela noite. Ninguém tinha atirado. Eu tava fazendo o meu trabalho, e eu sou mulher, enfim... Você não imagina que um cara, fardado, com uma arma, vai atirar na sua cara (WAINER, 2014, 18:41 – 18:57).

Reynaldo Rossi, coronel da Polícia Militar, fala sobre a atuação da polícia na manifestação de 13 de junho: “Nós construímos sim adequadamente o nosso policiamento. O

---

<sup>6</sup> Carta de princípios do Movimento Passe Livre. Disponível em < <http://www.forumjustica.com.br/wp-content/uploads/2013/02/carta-de-princ--pios-do-movimento-passe-livre.pdf> >.

nosso policiamento foi descentralizado, em face da ausência de interlocução com este grupo” (WAINER, 2014, 19:08 – 19:17). A manifestante Elena Judensnaider relata um momento de tensão em específico vivido por ela naquela noite:

A gente foi cercado. Teve uma hora que a gente entrou na [Rua da Consolação] (acho que pela [Rua] Matias Aires) e eu lembro muito bem assim, de olhar pra um lado e ver a tropa de choque, olhar pro outro e ver o batalhão da cavalaria, olhar pra frente e ver bombas vindo (WAINER, 2014, 19:18 – 19:32).

É interessante que, apesar do coronel não admitir que o policiamento fora construído de forma inadequada, os policiais agiram de forma completamente diferente para com a imprensa e os manifestantes no protesto do dia 17 de junho, sendo muito mais cautelosos em suas ações repressivas. Isso se deu talvez pelo fato da manifestação possuir um número maior de participantes, por volta de 65 mil<sup>7</sup>. Outro motivo provável para tal mudança foi a mídia estar agora a favor dos protestos, conforme demonstrado nas seções anteriores do presente trabalho.

O terceiro conflito foi estabelecido a partir de narrativas opostas sobre o incentivo ou não à repressão policial por parte da grande imprensa para com os manifestantes na fatídica noite de 13 de junho. Para Bruno Torturra, jornalista da Mídia Ninja, houve esse incentivo. Vejamos:

Os editoriais [de 13 de junho de 2013] da Folha e do Estado de São Paulo acho que são históricos, né? Se você for ver o eco que os dois fizeram um pro outro demandando basicamente mais repressão, falando que o Estado ainda tava sendo frouxo, falando que a Paulista deveria ser retomada (WAINER, 2014, 22:43 – 23:02).

O trecho acima serviu de inspiração para refletirmos sobre esses dois editoriais, como já foi feito em seção anterior. O importante aqui é pensarmos sobre as diferenças das narrativas de cada sujeito no documentário. Sendo assim, utilizamos, para fazer um contraponto, duas falas de Magnoli:

Bom, a imprensa falou que num pode fazer qualquer coisa. Então a polícia deu a sua própria tradução pra isso, e a tradução é “nós vamos fazer a festa, agora!”. Aí, quando a polícia fez a festa, houve uma indignação da opinião pública que de novo foi refletida no jornalismo. Eu acho que o jornalismo andou junto com a opinião pública (WAINER, 2014, 23:03 – 23:22).

---

<sup>7</sup> Conforme < <http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>>

Na sua fala seguinte, Magnoli continuou na mesma linha ao falar da posição da imprensa perante a ação policial nas Jornadas de Junho como um todo:

Eu acho que a imprensa basicamente não errou no seu posicionamento nos dois momentos [antes e depois de 13 de junho]. No primeiro momento ela não tava pedindo pra se bater em manifestantes pacíficos. E no segundo momento ela denunciou corretamente a violência absurda das polícias militares (WAINER, 2014, 24:12 – 24:34).

Percebemos aqui uma característica em comum da grande mídia e do aparato policial: uma mudança de comportamento a partir do dia 14 de junho sem nem mesmo uma parcial admissão dos erros cometidos anteriormente, mesmo esses erros ficando evidentes ao longo de todo o documentário, tanto em relação aos abusos do uso da força policial como pela mudança de narrativa promovida pela grande imprensa.

Há ainda um último conflito narrativo que analisamos aqui. Ele trata sobre o costume ou não dos brasileiros de reclamar das coisas e, de forma subjetiva, a ideia de que “o Brasil acordou”, tão difundida pelas redes sociais durante as jornadas. Segundo o poeta Sérgio Vaz:

Lógico que algumas coisas eu não gostei, como “o Brasil acordou”. Porque faço parte do Brasil que nunca dormiu, né? E tem mais um porém, as balas não são de borracha, né? Porque eu acho que muita mãe quando viu aquela coisa de bala de borracha no centro falou “puta, podia ter aqui também, meu filho estaria vivo se tivesse bala de borracha, né?” A periferia sempre vai pra rua. Antes disso, quase todo mês tem manifestação na estrada do M’Boi Mirim por causa do transporte, moradia. Sempre foi pra rua. É que na verdade o destaque é muito menor do que você chegar até a Paulista. Se fosse uma manifestação da periferia na Paulista, tenho certeza de que as balas não seriam de borracha. Na periferia é complicado, vai na porta do hospital, vai no hospital Campo Limpo, vai aí... Três meses uma consulta. Uma criança hoje no segundo colegial que é analfabeta, não sabe ler, nem escrever, entendeu? Porque às vezes podem falar assim, ó “o cara ta exagerando”... Nós somos um país que morreu 55 mil pessoas o ano passado. É muita gente morrer 55 mil pessoas assassinadas (WAINER, 2014, 48:40 – 49:32).

Logo fica claro que para Vaz os moradores da periferia vão às ruas protestar pelos péssimos serviços públicos nas mais diversas áreas (saúde, educação, transporte...) há tempos. Já para Luiz Felipe Pondé, filósofo e colunista da Folha de São Paulo, ao refletir sobre as manifestações de junho, parece ter ido por outro caminho:

O jogo democrático é um jogo onde quem tá ganhando agora pode perder daqui a cinco minutos, e onde ninguém pode não ganhar nada, porque os conflitos são maiores que as soluções. Mas sim, acredito que de uma certa forma muito peculiar pode ser muito saudável que a gente pegue o hábito aqui de começar a reclamar das coisas (WAINER, 2014, 01:03:29 – 01:03:53).

Uma possibilidade, talvez seja que os dois estejam falando de realidades distintas. Vaz conhece a realidade das periferias, quais são as formas de protesto, por quais motivos e a periodicidade. Ele faz parte de um Brasil “que nunca dormiu”, ou seja, das camadas da população que vão à rua quase todo mês pelos mais diversos motivos. Em geral, pela melhoria de serviços públicos (educação, saúde, segurança, transporte...). Já Pondé não faz parte desse Brasil. O Brasil de Pondé é o Brasil “que acordou”: o Brasil da classe média conservadora. Esse Brasil não ia às ruas desde 1992 quando pediu o impeachment de Fernando Collor de Melo, presidente do Brasil naquele período. Logo, o colunista pode estar direcionando o seu comentário a essa classe média, e não as camadas pobres das periferias.

Outra hipótese é que Pondé simplesmente não sabia da realização dos protestos relatados por Vaz, já que não possuem grande cobertura da imprensa em sua imensa maioria. Uma terceira possibilidade é que o colunista possa ter ignorado tais manifestações nas periferias. De qualquer forma, as narrativas nos parecem em franca oposição.

Problematicando diversos temas com uma pluralidade de narrativas diferentes entre si (e por vezes antagônicas), o documentário *Junho – O mês que abalou o Brasil* é sem dúvida um documento histórico de grande valia, e isso se dá não só pela pluralidade de narrativas, mas também pelo fato de que parte dos entrevistados participou, seja como manifestante, seja cobrindo como membro da imprensa, das Jornadas de Junho. Com isso, temos no documentário a riqueza dos relatos pessoais, das memórias de quem foi testemunha ocular dos acontecimentos. Porém, sabemos que é imprudente mistificar as falas como sendo “inquestionáveis” ou, mais ingenuamente ainda, “neutras”. Todas as narrativas, seja de quaisquer indivíduos ou grupos sociais, devem ser questionadas, além de serem verificados os interesses por trás de cada fala.

Sobre o uso de recursos audiovisuais por historiadores, Gizele Zanotto afirma que:

Especificamente no âmbito historiográfico, vemos o cinema e os audiovisuais como produções humanas desafiadoras, como fontes de uso recente pela pesquisa e pelo ensino da disciplina. Sobretudo temos como marco de um novo olhar historiográfico sobre a sétima arte defendido pelo Movimento dos Annales em sua proposta de mobilização de novos objetos, abordagens e problemas pela História. O texto “O filme: uma contra-análise da sociedade” de Marc Ferro publicado no volume *História: Novos objetos*, publicada originalmente nos anos 1970, foi fundante, pois apresentou e defendeu a proficuidade do uso fílmico e também lançou diretrizes metodológicas que ainda hoje servem de referência aos estudos do cinema na História. Desde então historiadores e docentes de História têm investido na consideração dos audiovisuais como fonte e recurso pedagógico percebendo-os em sua estrutura interna de linguagem (linguagem técnico-estética) e em seus mecanismos de representação da realidade sócio-histórica (NAPOLITANO, 2006, p. 236-237 apud ZANOTTO, 2016, p. 33-34).

Logo a historiadora não está refletindo somente em relação a filmes ficcionais, mas também em relação a documentários como o analisado na atual seção de nosso trabalho. Não podemos ignorar que o documentário ganhou as telas do cinema no ano de 2014. De qualquer forma, ele se insere na discussão estabelecida por Zanotto. Continuando a sua análise sobre a relação cinema e História, Zanotto faz um breve balanço historiográfico:

A História tem considerado tratar o cinema em seu uso/pesquisa a partir de três abordagens (que não precisam ser tratadas separadamente, destacamos) que têm estimulado estudos e práticas pedagógicas de modo sempre mais qualificado e ampliado e que consideram sempre as representações sobre o passado presentes na narrativa fílmica assim como a história do meio cultural em que as películas são produzidas. Uma primeira abordagem se refere ao *cinema NA História* e contempla a sétima arte como fonte primária de investigação historiográfica. A segunda abordagem refere-se a *História NO cinema* e destaca este meio como produtor de um “discurso histórico”, como criador e “intérprete do passado”. Por fim, há a abordagem dedicada a *História DO cinema*, que tem se voltado para a análise desta arte como objeto de pesquisa (avalia técnicas, linguagem, produções, autoria, recepção, produção, teorias, categorias, gêneros, etc.) (NAPOLITANO, 2006, p. 240-241 apud ZANOTTO, 2016, p. 34-35).

Problematizamos o documentário *Junho – O mês que abalou o Brasil* a partir das duas primeiras abordagens citadas acima: cinema na História e a História no cinema. O terceiro tipo de abordagem, História do cinema, ficou fora deste trabalho tanto por uma questão de tamanho e objetivo do trabalho quanto por não termos um conhecimento suficiente para realizarmos uma abordagem confiável de tal tema.

Já refletimos ao longo deste capítulo sobre as Jornadas de Junho de 2013 o suficiente para conseguirmos estabelecer relações entre as manifestações no Brasil e protestos que aconteceram em outras partes do globo em anos anteriores. É o que faremos a partir de agora.

## 2.2 REDES DE INDIGNAÇÃO E ESPERANÇA AO REDOR DO GLOBO

Diversas manifestações ocorreram em várias regiões do mundo nos anos que antecederam 2013. Fizemos aqui uma breve reflexão<sup>8</sup> sobre alguns desses movimentos, a saber: a Revolução tunisiana (2010 - 2011); a Revolução das Panelas na Islândia (2008-2009); a Revolução egípcia (2010 –2011); as Insurreições Árabes (2010 –2011); Os Indignados na

---

<sup>8</sup> Não analisaremos cada movimento em separado. Utilizaremos o conceito de movimentos sociais em rede para abarcar todos esses movimentos. Para uma reflexão mais detalhada sobre cada um deles, ver CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

Espanha (2011 –2012); e o Occupy Wall Street nos Estados Unidos (2011 –2012)<sup>9</sup>. Analisamos o que esses movimentos possuem em comum no tocante à organização interna, objetivos e conexões com o global a partir do local.

Utilizamos como principal referência, seja para os países desenvolvidos, seja para os países em desenvolvimento, o livro do sociólogo espanhol Manuel Castells, intitulado *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Por fim, refletimos brevemente sobre o texto produzido por Stuart Hall, cujo título é autoexplicativo: *A identidade cultural da pós-modernidade*. Começamos pelos movimentos.

### 2.2.1 A democracia e os movimentos sociais em rede

Para entendermos os movimentos sociais em rede é necessário saber como, primeiramente, são construídas, reproduzidas e ampliadas as relações de poder em uma sociedade. Utilizamos aqui como arcabouço teórico as reflexões de Manuel Castells. Nas palavras do sociólogo:

Parto da premissa de que as relações de poder são constitutivas da sociedade porque aqueles que detêm o poder constroem as instituições segundo seus valores e interesses. O poder é exercido por meio da coerção (o monopólio da violência, legítima ou não, pelo controle de Estado) e/ou pela construção de significado na mente das pessoas, mediante mecanismos de manipulação simbólica. As relações de poder estão embutidas nas instituições da sociedade, particularmente nas do Estado. Entretanto, uma vez que as sociedades são contraditórias e conflitivas, onde há poder há também contrapoder – que considero a capacidade de os atores sociais desafiar o poder embutido nas instituições da sociedade com o objetivo de reivindicar a representação de seus próprios valores e interesses. Todos os sistemas institucionais refletem as relações de poder e seus limites tal como negociados por um interminável processo histórico de conflito e barganha. A verdadeira configuração do Estado e de outras instituições que regulam a vida das pessoas depende dessa constante interação entre poder e contrapoder (CASTELLS, 2013, p. 14).

As relações de poder não estão restritas às instituições econômicas. Há não só uma utilização da violência por parte do Estado para com a população a fim de submeter esta aos interesses de quem comanda a máquina pública, mas também a busca de narrativas que justifiquem tanto a utilização dessa violência quanto os interesses daqueles que comandam o

---

<sup>9</sup> É claro que houve outras revoltas em outros países em um período semelhante, como por exemplo, as revoltas ocorridas no Chile (2011) e em Israel (2011). Por uma questão de tempo e espaço, não analisaremos tais protestos.



Estado como legítimos interesses da nação. Para isso, podem ser utilizadas instituições públicas, como as escolas e/ou instituições privadas como a grande imprensa. Na visão de Castells, a segunda forma de ação, a saber, a conquista da mente da população, tem efeitos mais interessantes para o Estado do que o uso puro e simples da força:

Coerção e intimidação, baseadas no monopólio estatal da capacidade de exercer a violência, são mecanismos essenciais de imposição da vontade dos que controlam as instituições da sociedade. Entretanto, a construção de significado na mente das pessoas é uma fonte de poder mais decisiva e estável. A forma como as pessoas pensam determina o destino das instituições, normas e valores sobre os quais a sociedade é organizada. Poucos sistemas institucionais podem perdurar baseados unicamente na coerção. Torturar corpos é menos eficaz que moldar mentalidades. Se a maioria das pessoas pensa de forma contraditória em relação aos valores e normas institucionalizados em leis e regulamentos aplicados pelo Estado, o sistema vai mudar, embora não necessariamente para concretizar as esperanças dos agentes da mudança social. É por isso que a luta fundamental pelo poder é a batalha pela construção de significado na mente das pessoas (CASTELLS, 2013, p. 14-15).

Podemos afirmar, a partir da citação acima, que as relações de poder não nascem somente pelo uso da força através do aparato repressivo do Estado ou da exploração econômica: as relações se legitimam de forma mais eficaz perante a população através de uma narrativa que legitime o atual estado das coisas, ganhando assim a mente dessas pessoas. Por isso é fundamental para qualquer governante possuir como aliado grandes corporações midiáticas, além de um investimento (quando necessário) em propaganda governamental para se vender uma narrativa positiva de suas práticas. E é justamente com a produção de uma narrativa contra-hegemônica que os movimentos sociais em rede atacam o Estado, deslegitimando e desmascarando os interesses de quem o comanda, seja nos países desenvolvidos ou em desenvolvimento.

Esses movimentos sociais em rede possuem as seguintes características em comum: são conectados em rede de múltiplas formas; para se tornarem um movimento, ocupam o espaço urbano; são simultaneamente locais e globais; vivenciam o tempo atemporal; são espontâneos originalmente; assim como a internet, são virais; não possuem lideranças; criam um companheirismo entre seus participantes; criam o espaço da autonomia, uma forma espacial nova; são horizontais em suas dinâmicas internas de organização; raramente são programáticos; são voltados para a mudança dos valores da sociedade; são altamente autorreflexivos; praticam, a princípio sem o uso da violência, a desobediência civil (CASTELLS, 2013).

Embora o uso da internet seja fundamental para os movimentos, eles também utilizam outras formas de conexão off-line, como por exemplo, ligações telefônicas ou mensagens via

SMS. Essas redes são formadas não só entre os próprios manifestantes, mas também entre os manifestantes para com a imprensa, a sociedade civil e outros movimentos de outros países que são solidários a eles. Por isso mesmo são globais e locais, sendo convocadas até mesmo manifestações globais simultâneas em diferentes partes do globo por diversos movimentos locais que se unem ao redor de uma ou mais causas, sendo que os movimentos acabam influenciando uns aos outros nessa conexão.

Experienciam o tempo atemporal, que faz oposição ao tempo cronológico. Segundo Castells, esse tempo é:

[...] uma forma trans-histórica que combina dois tipos diferentes de experiência. Por um lado, nos lugares ocupados, vivem um dia após o outro, sem saber quando virá a expulsão, organizando a vida como se essa pudesse ser a sociedade alternativa de seus sonhos, ilimitada em seus horizontes e livres das restrições cronológicas de suas disciplinadas vidas anteriores. Por outro lado, em seus debates e projetos, referem-se a um horizonte de possibilidades ilimitado, e novas formas de vida e comunidade emergem da prática do movimento. Vivem no momento em termos de sua experiência e projetam seu tempo no futuro do processo de construção histórica, por antecipação (CASTELLS, 2013, p. 165).

Possuem uma origem espontânea, vinculada a uma ideia de indignação em relação às práticas governamentais, bem como as condições de vida da população. Essa indignação sempre possui um estopim para seu início, seja um protesto individual (como no caso da Tunísia, no qual Mohamed Bouazizi ateou fogo no próprio corpo em protesto pelo governo ter confiscado sua banca de frutas e verduras porque negou o pagamento de propina à polícia local para esta deixá-lo comercializar seus produtos), seja através de protestos coletivos por causa de ações governamentais que desagradaram os revoltados (como no caso do Occupy Wall Street nos Estados Unidos, motivado pelo socorro ao sistema financeiro promovido pelo governo de Barack Obama). As pautas são as mais diversas: contra corrupção generalizada e relações promíscuas (com trocas de favores e/ou salvamentos financeiros) entre o Estado e empresas privadas; contra o desemprego e a inflação; fim de regimes ditatoriais. Por tocarem em questões que são de amplo consenso entre a sociedade (diminuição das desigualdades sociais, contra a corrupção, a favor da democracia...) e por estarem conectados à internet conseguem rapidamente milhares e milhares de adeptos.

As assembleias são feitas em lugares públicos, em geral nas praças ocupadas pelos movimentos, inclusive dormindo nelas para evitar a desocupação. A duração das ocupações varia, mas a ideia que as movem é a mesma: ocupar o espaço público não só para ter visibilidade, não só para experienciar o tempo atemporal, mas para juntamente com as redes sociais dar esperança aos indignados e organizar estes para ações diretas.

São contra a ideia de “liderança” ou de “direção do movimento”, sendo tudo decidido em assembleias populares e/ou em grupos de trabalho eleitos de forma direta por essas assembleias<sup>10</sup>. Por praticarem a democracia direta, não existem hierarquias nos movimentos. Conseqüentemente há uma produção e disseminação de um companheirismo/solidariedade entre seus membros por estarem lutando pelas mesmas causas e por possuírem a mesma importância para o coletivo. Há também a produção do espaço da autonomia:

O espaço do movimento é sempre feito de uma interação do espaço dos fluxos na internet e nas redes de comunicação sem fio com o espaço dos lugares ocupados e dos prédios simbólicos visados em seus atos de protesto. Esse híbrido de cibernética e espaço urbano constitui um terceiro espaço, a que dou o nome de espaço da autonomia, porque só se pode garantir autonomia pela capacidade de se organizar no espaço livre das redes de comunicação; mas, ao mesmo tempo, ela pode ser exercida como força transformadora, desafiando a ordem institucional disciplinar, ao reclamar o espaço da cidade para seus cidadãos (CASTELLS, 2013, p. 165).

Raramente possuem um programa a ser cumprido, uma agenda política clara e bem definida, com exceção dos países onde existem regimes ditatoriais. Não são programáticos porque, segundo Castells:

[...] sendo múltiplas as demandas e ilimitadas as motivações, eles não conseguem formalizar uma organização ou liderança porque seu consenso, seu companheirismo, depende de uma deliberação e de um protesto *ad hoc*, não da concretização de um programa elaborado em torno de objetivos específicos (CASTELLS, 2013, p. 169).

São autorreflexivos, percebendo a prática da democracia direta não só como um meio, mas também, e ao mesmo tempo, uma finalidade em si mesma. Existe uma imensa preocupação no sentido de que todos sejam ouvidos e que as decisões sejam tomadas da forma mais democrática possível. Querem uma mudança moral/estrutural da sociedade:

Pretendem transformar o Estado, mas não se apoderar dele. Expressam sentimentos e estimulam o debate, mas não criam partidos nem apoiam governos, embora possam se tornar alvo do marketing político. Mas são muito políticos num sentido fundamental. Particularmente, quando propõem e praticam a democracia deliberativa direta, baseada na democracia em rede. Projetam uma nova utopia de democracia em rede baseada em comunidades locais e virtuais em interação. Mas utopias não são meras fantasias. A maioria das ideologias políticas modernas que estão nas raízes dos sistemas políticos (liberalismo, socialismo, comunismo) originou-se em utopias. Porque as utopias tornam-se forças materiais ao se incorporar à mente das pessoas, aos inspirar seus sonhos, guiar suas ações e induzir suas reações. O que esses movimentos sociais em rede estão propondo em sua prática é uma nova utopia no cerne da cultura da sociedade em rede: a utopia da

---

<sup>10</sup> Isso só não acontece nos movimentos sociais em rede quando ocorrem revoltas armadas, sendo então necessários outros modos de organização.

autonomia do sujeito em relação às instituições da sociedade (CASTELLS, p. 169-170).

Na maioria dos casos, são movimentos pacíficos que têm em sua gênese a desobediência civil (em geral, através da ocupação de espaços públicos que podem durar semanas) como principal arma<sup>11</sup>. Ao finalizar a sua análise sobre os objetivos em comum deles, Castells nos alerta que:

O verdadeiro objetivo desses movimentos é aumentar a consciência dos cidadãos em geral, qualificá-los pela participação nos próprios movimentos e num amplo processo de deliberação sobre suas vidas e seu país, e confiar em sua capacidade de tomar suas próprias decisões em relação à classe política (CASTELLS, 2013, p. 177).

Por que esse é o verdadeiro objetivo dos movimentos? Pois estamos vivendo uma crise enorme de representação política em vários países, tanto em regiões em que existem regimes ditatoriais quanto democráticos. A democracia representativa está em descompasso com a democracia direta deliberativa<sup>12</sup>, experimentada nas ocupações pelos manifestantes. Embora não sejam necessariamente partidários ou antipartidários, acreditam que o principal instrumento de luta deve ser baseado na desobediência civil e na ação direta.

O que possibilitou a ascensão de movimentos desse tipo ao redor do globo? Tanto uma indignação generalizada das populações locais em relação a como estavam sendo geridos seus países (do ponto de vista econômico, político e social), quanto o uso das redes sociais para a denúncia dos abusos das mais diversas ordens cometidos por agentes do Estado e/ou privados, além do fundamental auxílio dessas redes para a divulgação das ideias (organização interna, métodos e objetivos) dos movimentos.

### **2.2.2 As identidades culturais da pós-modernidade e os movimentos sociais em rede: uma breve análise**

O sociólogo jamaicano Stuart Hall, em seu texto já consagrado, busca entender o deslocamento das construções das identidades a partir dos Estados Nação para novas

<sup>11</sup> Entretanto, nem sempre a pacifismo é possível, principalmente em países ditatoriais.

<sup>12</sup> Todavia, nos países ditatoriais houve o clamor dos manifestantes pelo fim dessas ditaduras e a realização de eleições diretas, passando assim de regimes ditatoriais para regimes democráticos.

subjetividades fragmentadas na pós-modernidade. Antes de chegarmos a esse ponto, reflitamos, a partir de Hall, sobre a concepção de identidade do sujeito pós-moderno.

O autor faz uma reflexão sobre as concepções de identidade para três sujeitos: o do Iluminismo, o sociológico e o pós-moderno. Para o primeiro, a identidade era algo que nascia com o indivíduo e se desenvolvia ao longo do tempo. O indivíduo possuía uma essência desde o seu nascimento até a sua morte. Para o sujeito sociológico, o indivíduo produz sua identidade na relação com a sociedade. Porém, ainda se acredita na ideia de que o “eu real” possui uma essência em si mesmo, mesmo este estando suscetível a mudanças.

Já para o sujeito pós-moderno, é um equívoco falar em “identidade”, sendo o correto “identidades”. Segundo Hall:

[...] A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987). É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu” (veja Hall, 1990). A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2005, p. 12-13).

Qual a relação disso com os movimentos sociais em rede? Ora, eles próprios produzem identidade. Essa identidade nasce do sentimento de indignação aliado à ideia de que é possível mudar o que causa este sentimento. Logo, há uma produção de identidade fragmentada, baseada na participação em um movimento social. Entretanto, esse sentimento de pertencimento pode ser desfeito a qualquer momento, já que na pós-modernidade o sujeito se constrói e se desconstrói continuamente, juntamente com as suas identidades.

Um dos vetores desse processo é a globalização. Porém, os efeitos da globalização não são os mesmos em relação a qualquer identidade cultural. Segundo o autor:

Tanto o liberalismo quanto o marxismo, em suas diferentes formas, davam a entender que o apego ao local e ao particular dariam gradualmente vez a valores e identidades mais universalistas e cosmopolitas ou internacionais; que o nacionalismo e a etnia eram formas arcaicas de apego – a espécie de coisa que seria “dissolvida” pela força revolucionadora da modernidade. De acordo com essas “metanarrativas” da modernidade, os apegos irracionais ao local e ao particular, à tradição e às raízes, aos mitos nacionais e às “comunidades imaginadas”, seriam gradualmente substituídos por identidades mais racionais e universalistas.

Entretanto, a globalização não parece estar produzindo nem o triunfo do “global” nem a persistência, em sua velha forma nacionalista, do “local”. Os deslocamentos ou os desvios da globalização mostram-se, afinal, mais variados e mais contraditórios do que sugerem seus protagonistas ou seus oponentes. Entretanto, isso também sugere que, embora alimentada, sob muitos aspectos, pelo Ocidente, a globalização pode acabar sendo parte daquele lento e desigual, mas continuado, descentramento do Ocidente (HALL, 2005, p. 97).

Podemos usar como exemplo de como a globalização é contraditória em relação à produção de identidades, dois grupos que participaram das Jornadas de Junho no Brasil: os “velhos manifestantes” e os “novos manifestantes”. O primeiro grupo construiu sua identidade a partir de uma pauta bem específica: a revogação do aumento das tarifas do transporte público. Este foi tolerante em relação às identidades que não eram as suas: bandeiras de partidos políticos e de movimentos sociais foram aceitas sem grandes conflitos nas manifestações. Mas cabe lembrar também que este mesmo grupo, ao se confrontar inclusive fisicamente com os “novos manifestantes” (aqueles que surgiram nas ruas após a noite de 13 de junho), queimou a bandeira nacional brasileira.

Já em relação aos “novos manifestantes”, cuja coesão entre os membros foi garantida pela bandeira nacional e pelos gritos contra a corrupção e a PEC 37, houve uma imensa intolerância em relação aos movimentos sociais e aos partidos políticos desde a sua primeira aparição nas ruas, porém de forma mais radicalizada a partir da sétima manifestação em São Paulo, ocorrida no dia 20 de junho, um dia após a revogação do aumento das tarifas de metrô, ônibus e trem na cidade.

Analisamos até agora o epicentro dos protestos, que foi a cidade de São Paulo. É feito, a partir de agora, uma reflexão sobre as manifestações ocorridas na cidade de Erechim/RS e como estas foram representadas pelos jornais locais.

## CAPÍTULO III

### 3 OS JORNAIS LOCAIS E AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013

É possível fazer a história do presente, isto é, de coisas que aconteceram há pouco tempo. A história imediata. Isso aproxima o historiador de um tipo de jornalismo e, deste modo, têm mais peso suas opiniões, experiências de vida e paixões. (Boris Fausto)

A expansão das manifestações por todo o país propiciou um clima favorável para a emergência de protestos também em Erechim. São analisados neste último capítulo como os jornais da região do norte gaúcho com maior circulação local em junho de 2013 representaram os protestos tanto a nível nacional quanto a nível local (Erechim). São eles: *Boa Vista*, *Bom Dia*, *Diário da Manhã* e *Voz Regional*. O período analisado vai de 19 de junho (um dia após a primeira manifestação na cidade) a 28 de junho (cinco dias após a segunda manifestação). Por que essa periodicidade? Fica evidente que para a escolha da data de início da reflexão pesou o fato de saírem nas páginas de jornal neste dia as primeiras notícias sobre o protesto ocorrido em Erechim na noite anterior. Já a data de término foi escolhida tendo como critério a possibilidade do jornal *Boa Vista* (que é de periodicidade semanal, sempre nas sextas-feiras) conseguir noticiar a segunda manifestação, ocorrida na cidade no domingo anterior.

Entretanto, antes de começarmos, são necessários alguns esclarecimentos. Os jornais não possuem no período analisado a mesma periodicidade. Do jornal *Boa Vista*, por exemplo, foram analisadas as edições dos dias 21 e 28. Para o jornal *Bom Dia*, a reflexão abarcou sete edições: 19; 20; 21; 22, 23 e 24; 25; 26; 27. Já no *Diário da Manhã* foram oito: 19; 20; 21; 22 e 23; 25; 26; 27; 28. Do jornal *Voz Regional* quatro periódicos: 20; 21; 25; 26.

Para melhor entendimento, separamos as análises a partir de eixos temáticos referentes às representações feitas nos jornais em relação às Jornadas de Junho. São eles: 1) a visão da imprensa local sobre a gênese das manifestações; 2) a ideia de que o movimento é legítimo; 3) as pautas do movimento; 4) pacifismo e violência; 5) os intelectuais das ciências humanas. O capítulo ainda possui após esses eixos uma conclusão da análise e, por fim, algumas relações analíticas com eventos posteriores.

Tanto as notícias referentes aos protestos quanto às reflexões dos colunistas/colaboradores dos jornais são examinadas. Entretanto, não temos a pretensão de esgotar o tema.

### 3.1 A VISÃO DA IMPRENSA LOCAL SOBRE A GÊNESE DAS MANIFESTAÇÕES

Em nenhum periódico dos quatro jornais pesquisados foi encontrada menção ao MPL, seja por parte dos jornalistas dos veículos, colaboradores eventuais, em notícias ou em entrevistas. Isso é curioso: justamente a organização que chamou as primeiras manifestações na capital paulista ficou fora das análises!

Um jargão comum entre alguns analistas dos protestos foi a ideia de que o aumento do valor das passagens do transporte público “foi a gota d’água”. Ocorre a partir desse jargão uma completa falsificação da gênese das Jornadas de Junho. Como já discutimos nos capítulos anteriores, o MPL foi não só importante, mas sim imprescindível para a emergência dos protestos. E isso, como também já assinalamos, foi um trabalho de quase uma década.

Vejamos exemplos desses equívocos. João Altair, colunista do jornal Diário da Manhã, ignorou (ou desconhecia) o fato de que os primeiros protestos em São Paulo foram chamados pelo MPL. Observemos:

Jamais imaginavam os prefeitos que um dia fosse ocorrer um levante nacional sobre um tema que diz respeito basicamente às suas ações. É o prefeito que decreta reajustes de preços de transporte coletivo. As manifestações públicas dos últimos dias no país não têm um foco bem definido, mas o estopim de tudo foi o custo do transporte coletivo. Mais uma vez, o Rio Grande do Sul está na vanguarda desse acontecimento político. Grupos de ativistas resolveram protestar contra o reajuste desse serviço em Porto Alegre recorreram à justiça e ganharam o embargo do aumento. Foi a gota d’água para que surgissem seguidores Brasil a fora com o mesmo ideal (ALTAIR, 25 DE JUNHO DE 2013, p.2).

A psicóloga Maria Emília Bottini, na edição do dia 26 de junho, foi por um caminho semelhante:

O meu país varonil está realizando a Copa das Confederações com um orçamento de R\$ 5 milhões (oficialmente divulgado), também fará a Copa do Mundo e as Olimpíadas. A fazer estádios como o de Brasília no valor de um bilhão e seiscentos milhões de reais. Pois é, não gosto dessa ideia de gastar tanta grana para representar modernamente o que faziam os antigos romanos “pão, circo e vinho”.



Todos esses eventos são oriundos de decisões políticas e ao que tudo indica funcionando bem, somente com extrapolações de orçamentos (para variar). Contando, claro, com a passividade dos brasileiros, mas nem tanto. É o que as manifestações em todo o país estão revelando, há muitas denúncias sendo feitas. Sabemos que os R\$0,20 centavos de aumento na passagem de ônibus revelam a gota d'água que transbordou o copo (BOTTINI, 26 DE JUNHO DE 2013, p.5).

Um dos fatores que permitiu a pulverização dos protestos para todo o país é esquecido nas duas análises acima: a mudança de narrativa que começou a ser difundida a partir do dia 14 de junho de 2013. Os dois analistas acreditam em certa espontaneidade no tocante à explosão do número de manifestações e de manifestantes. Essa espontaneidade é um verdadeiro equívoco, seja para o caso de São Paulo, seja para Erechim. A própria imprensa local destacou a importância de dois movimentos criados no Facebook para a organização e convocação das passeatas na cidade, cujos nomes eram “Acorda Erechim” e “Vem Pra Rua” (este último somente no segundo ato), como veremos adiante.

### 3.2 A IDEIA DE QUE O MOVIMENTO É LEGÍTIMO

Em geral, seja sobre Erechim ou sobre o país inteiro, a maioria dos analistas apoiaram os protestos. Observemos o que escreveu Rodrigo Finardi:

Nada melhor para alma dos mais velhos, que viveram outros tempos como a ditadura, a redemocratização viver este momento. O Brasil tem futuro. Futuro na mão destes jovens, que querem um país melhor para seus filhos que ainda virão, com serviços de qualidade, sem corrupção. Coloca os governos em xeque permanente. Políticos estão atônitos. Acuados. Sem saber os próximos capítulos deste prefácio recém escrito (FINARDI, 21 DE JUNHO DE 2013, p.8).

Francisco B. Dias, colunista colaborador do jornal Bom Dia, também acredita na legitimidade do movimento:

O Brasil assistiu nesta segunda-feira [17 de junho de 2013] as barbaridades cometidas por grupos extremados infiltrados na grande massa humana que realizou em várias capitais do país um movimento contra “o aumento de passagens de ônibus”. Na verdade, não foi somente o custo das passagens, foi, sim, contra a orgia gasta com a construção de estádios de futebol para a Copa do Mundo, a corrupção desenfreada e o comportamento de alguns políticos deste país. Vejo essas manifestações como um aviso. A população está cansada, exaurida de pedir mais saúde, segurança, educação, punição para os corruptos e reformas. A manifestação

popular foi legítima, porém jamais se pode dizer a mesma coisa do vandalismo cometido (DIAS, 20 DE JUNHO DE 2013, p.6).

Já uma minoria acabou por mostrar grande desconfiança em relação aos protestos. Um exemplo claro é o professor e historiador Ernesto Cassol:

Em minha já não curta cronologia, e tendo visto e ouvido muitas e ruins, jamais se me deparara com uma deformidade de anarquismo despótico como me tocou ver no panfleto que me convidava a “sair do comodismo e lutar contra a corrupção”, em Erechim, 26/03/13. Alguma “mão invisível” a serviço de algum Pinochet (General cujos tanques “destocaram” o Chile há quarenta anos para M. Friedmann “experimentar” seu neoliberalismo) latente ordenava: “nenhum partido nos representa, não são aceitas bandeiras partidárias ou de movimentos sociais.” Sim, a manifestação deveria ser “pacífica, contra a impunidade, contra a PEC 37, PEC da Impunidade” (CASSOL, 26 DE JUNHO DE 2013, p. 7).

O receio de Cassol em relação às manifestações se justifica no medo de possíveis manipulações estarem sendo feitas por grupos conservadores e/ou elitistas da sociedade brasileira. Entretanto, chamar o que viu no folheto de “anarquismo despótico” é uma afirmação que não procede, até porque a própria ideia de anarquismo enquanto ideologia, em sua essência, rechaça o despotismo de forma veemente, além do fato de que grupos conservadores são historicamente contrários aos anarquistas.

Outro aspecto do trecho acima de Cassol é a sua forte oposição aos escritos de Finardi e Dias. A empolgação de Finardi faz um imenso contraste com o sentimento de indignação de Cassol. Outro antagonismo interessante é proporcionado por Dias acreditar que a manifestação é um aviso do povo cansado e Cassol que os manifestantes estão sendo manipulados ideologicamente.

Junto com a ideia de que movimento é legítimo, alguns analistas utilizaram o jargão “o gigante acordou”. Finardi foi um deles:

Na época de Collor os jovens pintaram os rostos e foram para as ruas que culminou com a queda do presidente. Mais de duas décadas se passaram e com uma democracia jovem e em formação o jovem se acomodou. E este gigante adormecido que é a juventude acordou. E com toda a força fazendo governos rever políticas públicas. É a amadurecimento da democracia (FINARDI, 21 DE JUNHO DE 2013, p. 8).

Também foi o caso do missionário Adriano Gonçalves ao escrever para o jornal Voz Regional:

Acompanhando os últimos dias e suas respectivas últimas notícias vi muita coisa acontecendo Brasil e mundo a fora. Jovens indo às ruas reivindicando as taxas de

transporte público, a corrupção, o gasto de dinheiro público na construção de estádios, a PEC 37 e por aí vai. Ninguém esperava que existisse uma juventude assim, que luta por uma causa. Pensávamos que os jovens estavam dormindo e, aí meu amigo, nos surpreendemos!

Sim, os jovens estão acordados! Há muita coisa a se fazer e a propor a diferença! Há uma civilização do amor a construir e isto é pra ontem! Porém, fiquei pensando na #ogiganteacordou, isto é fantástico! Não temos noção ainda da força deste gigante que pode mudar o cenário de um país, uma nação. São jovens que podem construir uma nova sociedade marcada pela justiça, pela paz e dignidade da pessoa humana (GONÇALVES, 20 DE JUNHO DE 2013, p. 2).

Certamente as Jornadas de Junho são as maiores mobilizações desde os Caras Pintadas, em 1992. Entretanto, diversos movimentos sociais do campo e da cidade fizeram manifestações entre os Caras Pintadas e as Jornadas de Junho. Um movimento social do campo que fez grandes manifestações nesse período é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como por exemplo, marchas até Brasília que reuniram dezenas de milhares de pessoas para reivindicar questões relativas à reforma agrária junto ao governo federal. Como exemplo de movimento social urbano, podemos colocar o próprio MPL, que também levou dezenas de milhares de pessoas na rua em 2005, na cidade de Florianópolis.

Essa ideia de que o “o gigante acordou” já foi analisada no capítulo anterior em relação aos seus significados e implicações. Se os setores mais empobrecidos da sociedade brasileira deveras nunca dormiram, a quem os analistas estão se referindo como gigante? À classe média conservadora brasileira. Essa sim, realmente, não saía às ruas desde que pediu a saída do ex-presidente Fernando Collor de Melo.

### 3.3 AS PAUTAS DO MOVIMENTO

Com a federalização das pautas veio, ao mesmo tempo, a própria federalização do movimento, estando presente em todos os estados e distrito federal. Embora nas duas manifestações em Erechim (18 e 23 de junho de 2013) também estivessem presentes reivindicações relativas ao transporte público municipal (como por exemplo, a luta pelo passe livre estudantil), o que predominou nas ruas e nos jornais (seja nas imagens ou nos escritos) foram pautas estaduais e federais apresentadas de forma genérica, a saber: “mais saúde”, “mais educação”, “contra a corrupção”. Somados e/ou misturados com essas três reivindicações, estiveram presentes com mesma relevância duas outras bandeiras: “contra os gastos da Copa das Confederações e da Copa do Mundo” e “contra a PEC 37”. Além disso,

houve, por parcela dos que foram à rua, um antipetismo evidente. Observemos o que disse o jornal Voz Regional sobre as pautas do primeiro protesto na cidade, na noite de 18 de junho:

A chuva não impediu que aproximadamente mil pessoas, jovens estudantes em sua maioria, aderissem aderiram aos protestos que acontecessem a nível nacional e tomassem as ruas de Erechim, na noite desta terça-feira.

Portando cartazes contra a corrupção, melhorias na saúde e educação e também criticando a PEC 37 que pretende retirar o direito do Ministério Público de realizar investigações, o grupo cantou os hinos do Brasil e do Rio Grande do Sul, e ganhou apoio dos motoristas através de buzinaços, e de moradores de apartamentos (VOZ REGIONAL, 20 DE JUNHO DE 2013, p. 9).

A pauta contra a corrupção aparece com grande destaque nos quatro jornais. Vejamos o que escreveu Marcos Castro, colunista do jornal Voz Regional:

Há um protesto nas ruas contra várias situações negativas que atingem diretamente a vida dos brasileiros. É um movimento sem bandeira política que está tomando conta dos grandes centros e migrando para o interior do país. Corrupção, aumento do custo de vida? Mas pode haver mais do que isso por trás da grande massa de jovens e da agressividade de um numero ainda pouco expressivo de participantes. A PEC 37 que retira o Ministério Público das investigações que estão abrindo caminho para a punição dos corruptos e criminosos (ontem o presidente da Câmara Federal retirou da ordem de votação a PEC, com certeza ouvindo o clamor das ruas) (CASTRO, 21 DE JUNHO DE 2013, p. 5).

Em nenhum dos jornais pesquisados houve alguém que defendesse a PEC 37. Na imprensa, foi consensual a ideia de que tal projeto, caso aprovado, serviria como um instrumento para a corrupção e para a impunidade. Nesse período, foi construído no imaginário social do brasileiro que a aprovação da PEC seria um total absurdo perante a maioria da população. Isso muito se deve ao Jornal Nacional que praticamente “inventou” a demanda da derrubada da PEC 37.

Entretanto, a consolidação desse imaginário social, pelo menos pensando no caso de Erechim, teve um reforço dos jornais locais. Francisco Dias, no final de sua coluna no jornal Bom Dia, deu um recado a então presidenta da república, Dilma Rouseff:

Quer reconquistar os brasileiros, faça o seguinte: Posicione-se contra PEC 37. Se for aprovado, veta. Age para colocar os mensaleiros na cadeia. Faça alguma coisa para que comece a reforma política. Anuncia um plano nacional para a Educação e para a Saúde. Anuncia um plano nacional para a Segurança. Te manifesta Dilma! Não fique esperando que o povo saia às ruas para exigir o que já deveria ter feito. Será que é tão difícil assim? (DIAS, 22, 23 E 24 DE JUNHO DE 2013, p.5).

Houve também indignações levadas aos protestos por questões estritamente locais e regionais. Entretanto, na primeira manifestação, somente foi noticiada uma reivindicação local, que foi a contra o aumento do valor da passagem do transporte público.

Outras insatisfações foram registradas na segunda manifestação. A que mais ganhou destaque foi a que se posicionou contra as demarcações de terras indígenas na região do Mato Preto (que abrange parte dos municípios de Erechim, Erebango e Getúlio Vargas). Essa reivindicação partiu das famílias dos agricultores que seriam afetadas com tal demarcação. Outra bandeira, que apareceu somente no segundo protesto (23 de junho), foi a de solidariedade a Marcos Fernando Pádua, bombeiro de Erechim, preso por uma postagem no Facebook na qual fazia duras críticas ao então governador Tarso Genro por uma declaração feita após a tragédia da Boate Kiss em Santa Maria pelo chefe do executivo gaúcho. Tal declaração afirmava que os bombeiros do Rio Grande do Sul possuíam boas condições de trabalho.

Todavia, nenhuma delas teve grande relevância se comparada a outras pautas, tais como: a corrupção, educação, saúde, gastos com a Copa das Confederações e Copa do Mundo, dentre outras.

Vejamos como foram noticiadas as demandas dos manifestantes no jornal Diário da Manhã na primeira manifestação:

Um grupo de manifestantes se reuniu na noite desta terça-feira (18), na Praça da Bandeira, em frente à Prefeitura de Erechim. Munidos de faixas e cartazes com frases de efeito e ovacionando as palavras de ordem ‘acorda Erechim’ e ‘vem pra rua’, estudantes, professores e empresários promoveram uma espécie de pré-manifesto em apoio às mobilizações realizadas nesta segunda-feira em todo o Brasil. Contrários ao Ensino Médio Politécnico, à PEC 37, ao aumento do valor da passagem de ônibus, também em Erechim, e à corrupção, e favoráveis a mais dinheiro para a educação e para a saúde eles entoaram os hinos nacional e rio-grandense (DIÁRIO DA MANHÃ, 19 DE JUNHO DE 2013, p. 2).

Sobre o mesmo assunto, o jornal Bom Dia, através de sua jornalista Paola Seibt, publicou o seguinte:

A manifestação foi organizada em apoio a todos os movimentos que estão ocorrendo no Brasil. Segundo alguns dos manifestantes, o protesto é contra a corrupção. De acordo com um dos líderes, outro motivador do ato é o pedido de que a PEC 37 não seja aprovada. A PEC 37 é a que tira o poder de investigação criminal do Ministério Público, restringindo a atribuição às polícias Civil e Federal (SEIBT, 19 de JUNHO DE 2013, p. 3).

A seguir, o que Finardi publicou no Jornal Boa Vista:

Nas dezenas de cartazes a insatisfação do jovem, que a partir do ato de se indignar e sair de sua zona de conforto, de peito aberto cantarolaram diversos gritos de insatisfação contra a corrupção na política, os gastos bilionários da Copa do Mundo e também a PEC 37 que tira o poder de polícia e investigação do Ministério Público (FINARDI, 21 DE JUNHO DE 2013, p. 8).

Todos os jornais falam sobre corrupção e PEC 37. Somente o Diário da Manhã fala em uma pauta local, a qual é referente ao aumento da passagem de ônibus. Isso nos leva a crer que dentro da primeira manifestação em Erechim as pautas locais tiveram pouca relevância. Já as pautas federalizadas, essas sim, foram o centro das atenções, tanto dos manifestantes quanto de quem cobria o ato.

Passemos agora a analisar como os jornais noticiaram a segunda manifestação em Erechim, buscando perceber possíveis continuidades e rupturas nas narrativas em relação às pautas apresentadas no primeiro ato. Começamos pelo jornal Boa Vista, sempre na figura de Finardi:

Venho acompanhando atento os movimentos no Brasil com a insatisfação da população sobre vários temas. E em Erechim também. Chama-me a atenção a criatividade dos manifestantes. Na foto um dos cartazes diz: “Médicos cubanos? Queremos políticos suecos”. E outra: “já que a bomba é de efeito moral joga no Congresso Nacional”. Um momento delicado para os políticos brasileiros. Outro cartaz traz os seguintes dizeres: “Na Arábia Saudita ladrão é amputado. No Brasil é deputado”. Nem tão ao extremo, mas mostra o que a população pensa da classe política, que precisa se reciclar. Certa vez ouvi a seguinte frase: “político e feijão, só na panela de pressão” (FINARDI, 28 DE JUNHO DE 2013, p. 8).

Na mesma edição, o jornalista fala sobre apartidarismo e antipetismo nas manifestações:

Os movimentos ordeiros e seus organizadores fazem questão de frisar que se trata de algo apartidário. Não querem bandeiras de partidos junto às caminhadas. Muitas foram retiradas, quando apareceram. Mas também é verdade que muitos apartidários aproveitaram as passeatas por serem antipetistas. Ou estou enganado? (FINARDI, 28 DE JUNHO DE 2013, p. 8).

Observemos agora como Paola Seibt, jornalista do jornal Bom Dia, descreveu o ato:

O movimento intitulado ‘Acorda Erechim’ e ‘vem pra rua’ levou mais de 3 mil pessoas para as ruas no final da tarde deste domingo (23). Foram quase duas mil a mais do que na primeira mobilização, realizada na terça-feira (18). De acordo com um dos organizadores e colaboradores dos grupos citados, José Luis Memlak, o movimento atingiu as expectativas. “Em termos de público e de pacifismo. Além disso, outros temas entraram em pauta. Para as próximas atividades os rumos de ontem (domingo) trouxeram mais objetividade e interesses por algumas outras

causas. Agora focamos em questões locais e regionais, como por exemplo, a mobilidade urbana e a questão do passe livre estudantil,” explicou.

Inicialmente o ato realizado no domingo previa manifestações contra a PEC 37, que tira o poder de investigação criminal do Ministério Público, restringindo a atribuição às polícias Civil e Federal. No entanto, o que se viu, através dos cartazes foram outras dezenas de pautas levadas às ruas pelos manifestantes. Muitos disseram não ao ato médico, outros pediram mais investimento na UFFS, Uergs e Instituto Federal que tem unidades em Erechim e região. Reforma política e melhoria nos serviços como saúde, educação, segurança e transporte também integraram a pauta. Outros se mostraram contra o projeto de ‘cura gay’ e o estatuto do nascituro. A questão das demarcações de terras indígenas também foi motivo de protesto, quando um grupo de agricultores de Mato Preto se uniu aos manifestantes.

[...]

O grupo ainda manifestou apoio ao bombeiro Marcos Fernando Pádua, que segundo a Associação dos Bombeiros do RS, foi punido por publicar uma carta de desabafo nas redes sociais direcionada ao governador Tarso Genro, sobre a tragédia ocorrida na boate Kiss, em Santa Maria (SEIBT, 25 DE JUNHO DE 2013, p. 3).

Já para a jornalista Sara Rubia Comin, do Diário da Manhã:

Organizado via redes sociais (Acorda Erechim e Vem Pra Rua), a manifestação era específica contra a PEC 37/2011 – Proposta de Emenda Constitucional, que atribui, exclusivamente, às polícias Federal e Civil a competência para a investigação criminal, deixando claro que o Ministério Público não tem a atribuição de conduzir a investigação e deve atuar apenas como titular da ação penal, mas abriu espaço para que outras causas viessem à tona. Munidos de faixas e cartazes com frases de efeito e ovacionando expressões de ordem como “você aí parado também é explorado” e “ou para a roubalheira ou paramos o Brasil”, estudantes, professores, empresários, advogados, produtores rurais, médicos, dentistas, servidores públicos, vereadores, promotores de justiça e famílias inteiras saíram às ruas externando sua indignação, especialmente, com a corrupção, criticando, também, a PEC 33, que atinge o STF – Supremo Tribunal Federal e caso aprovada modificará a relação entre os três poderes, permitindo ao Congresso (deputados) ter controle sobre ações do Supremo; a impunidade, os gastos com a Copa em detrimento de áreas como saúde e educação, a importação de médicos cubanos, o ato médico, a má remuneração de professores e brigadianos e as demarcações de áreas indígenas, fazendo coro às mobilizações realizadas nas últimas semanas em todo o Brasil (COMIN, 25 DE JUNHO DE 2013, p. 10).

O jornal Voz Regional relatou da seguinte forma as pautas:

Cerca de três mil pessoas participaram de uma caminhada pelas principais avenidas de Erechim, no final da tarde deste domingo. A manifestação faz parte dos protestos que acontecem à nível nacional e, na Capital da Amizade, englobou diferentes causas.

Os manifestantes exigiam o fim da corrupção, se postaram contra a demarcação das terras indígena (com relação à reserva do Mato Preto que atinge áreas de Erechim, Getúlio Vargas e Erebangó), exigiram o fim da PEC 37, que limita o poder de ação do Ministério Público; pediram reforma tributária pelo excesso de impostos, reforma política, para que os mesmos não se perpetuem no poder, melhorias na educação, transporte coletivo de qualidade e foram contrários a Copa do Mundo no Brasil, entre outras (VOZ REGIONAL, 25 DE JUNHO DE 2013, p. 17).

Houve um aumento do número de pautas, tanto em relação às aquelas da esfera federal quanto regional e local. Devido à imensa quantidade, citamos somente as principais. Reivindicações de cunho federal que emergiram foram, por exemplo, as ideias de reforma tributária e política. Já de nível regional e local, as demarcações de terra indígena na região do Mato Preto e a solidariedade ao bombeiro Marcos Fernando Pádua. Porém, o grande mote continuou sendo a questão da corrupção.

Um fato interessante a ser pensado é que no primeiro protesto em Erechim houve uma pauta quase toda baseada em problemas que dizem respeito à esfera federal. Mas no segundo protesto isso é alterado de forma significativa com uma difusão imensa de pautas, inclusive (embora com menor vigor) as regionais e locais. Mas o que isso quer dizer? Quer dizer que as manifestações na cidade estiveram em grande sintonia com as manifestações a nível nacional. Isso de uma forma muito peculiar: se São Paulo começou os atos com uma pauta local bem específica e foi perdendo espaço aos poucos para outras de cunho federal, em Erechim, já no primeiro protesto, o que predominou foram as de nível federal. No segundo ato, houve uma diversificação ainda maior, aumentando as indignações com todas as esferas de poder, incluindo as locais e regionais.

Mesmo que por caminhos diferentes, tudo indica que Erechim possuiu, assim como São Paulo, um número muito grande de “novos manifestantes”, tendo em vista as pautas de quem foi às ruas. Porém, com três diferenças a serem consideradas. No caso de São Paulo, houve uma mudança de perfil dos manifestantes, bem como das pautas, principalmente depois do anúncio da revogação do aumento das tarifas do transporte público, no dia 19 de junho. Em Erechim não houve essa ruptura, já que desde o começo o que predominou foram as indignações de esfera federal e, conseqüentemente, o perfil dos “novos manifestantes”, embora existissem grupos minoritários de esquerda que se encaixam no perfil dos “velhos manifestantes”. Outro ponto comum foi o rechaço às bandeiras de partidos políticos.

O segundo ponto que difere a experiência de São Paulo com a de Erechim é a questão da violência e do vandalismo. Não houve nenhuma ocorrência nas manifestações erechinenses, ao contrário das paulistanas. O terceiro ponto é que na cidade de São Paulo o aumento das tarifas do transporte público estava dado e foi posteriormente revogado. Já no caso de Erechim esse aumento não estava posto, nem ao menos anunciado. O que se conseguiu foi que não ocorresse nem a possibilidade de aumento da tarifa no ano de 2013.



### 3.4 PACIFISMO E VIOLÊNCIA

A imprensa escrita local sempre teve preocupação de deixar claro que os protestos na cidade eram pacíficos, sem nenhum tipo de violência. Um exemplo disso é o trecho abaixo, retirado de uma matéria feita por Seibt sobre a primeira manifestação e publicada no jornal Bom Dia:

O grupo seguiu pelas ruas centrais de Erechim em um ato pacífico. Até o fechamento desta edição nenhuma ocorrência foi registrada pela Brigada Militar. Os cidadãos que participaram do ato, inclusive, fizeram questão de pedir que todos mantivessem a ordem.

Os participantes portavam cartazes, faixas e bandeiras (do Brasil) e percorreram as ruas com chamamento em coro, convidando outras pessoas a participar, com a frase: ‘vem pra rua’ (SEIBT, 19 DE JUNHO DE 2013, p. 3).

Os jornais, com isso, passaram ao leitor a imagem de que os protestos foram civilizados:

O final da tarde deste gelado domingo (23) foi marcado por manifestação pacífica e apartidária em Erechim. Segundo a Brigada Militar, que acompanhou o protesto, um público estimado entre 3 e 4 mil pessoas participou do ato (o segundo em menos de uma semana), transformando as principais ruas da Capital da Amizade em palco de inúmeras outras reivindicações, exercendo, na plenitude, o civismo e colocando em prática a cidadania, lutando por seus direitos e aquilo que considera justo.

[...]

Enquanto policiais militares acompanharam a caminhada, agentes de trânsito orientaram o tráfego durante o percurso, que não registrou incidentes (DIÁRIO DA MANHÃ, 25 DE JUNHO DE 20113).

O apoio aos manifestantes por parte dos jornalistas e colunistas sempre esteve condicionado ao fato das manifestações não destruírem patrimônio público ou privado, nem entrarem em confronto com a polícia. Castro, em sua coluna no jornal Voz Regional, fala sobre os “vândalos” em protestos pelo país nesse período:

As polícias dos estados receberam ordens de não reagir com violência contra os manifestantes e ficar apenas observando. O que se viu nas reportagens foi parte da polícia vendo os vândalos destruindo aquilo que é de todos e que deve ser guardado pelo Estado através das polícias. Os policiais estão sendo ameaçados pelos superiores para não agir com firmeza. Numa cena no Rio de Janeiro dois policiais ficaram catatônicos diante da violência, não sabendo se agiam conforme a formação que receberam ou se fugiam a procura de um abrigo. Em outras situações era possível ver que atiravam em direção às pessoas. Se com balas de verdade ou não,

isso é impossível de identificar. O que fica das cenas de confronto entre os vândalos ou agentes partidários infiltrados é que os policiais serão punidos, os que cometeram crimes contra o patrimônio ficarão soltos (CASTRO, 21 DE JUNHO DE 2013, p. 5).

Linha semelhante seguiu Ivanor Oliviecki, colunista do Diário da Manhã:

Nossa constituição permite as manifestações, mas toda pessoa que vai a uma passeata e esconde o rosto para depredar bens públicos e privados não está atingindo os políticos corruptos, mas sim cada cidadão. O governo e os políticos nos representam. Não são pedras que os atingem, são os votos. Todas essas manifestações tem um lado muito positivo, mas o povo deve criar o hábito de ir às ruas e montar atos a cada votação no congresso, a cada eleição de comissão que resulta em prejuízos ao cidadão ou que facilita o desvio do dinheiro público.

Não é quebrando vitrinas de lojas de empresários que padecem com a carga tributária, atirando pedras contra policiais que sustentam suas famílias com salários miseráveis, depredando bens pagos com dinheiro público superfaturado que as coisas vão se resolver.

É preciso marchar com consciência, não com violência. A corrupção não está nas instituições, está nas pessoas. O Brasil criou a cultura do “jeitinho” que se propaga pelo DNA dos brasileiros que querem levar vantagem em tudo. Certamente essas pessoas que se aproveitam das manifestações para vandalizar e saquear, se estivessem no lugar dos políticos corruptos, provavelmente agiriam da mesma forma, buscando a vantagem pessoal em detrimento da necessidade coletiva (OLIVIECKI, 22 E 23 DE JUNHO DE 2013, p. 8).

Verificamos que há uma busca de moralizar os protestos perante os leitores a partir desses quatro trechos. A narrativa deles é baseada na estratégia de separar a manifestação em duas partes: os pacíficos e os vândalos. Os pacíficos querem um Brasil melhor, são contra a corrupção e correspondem a grande maioria dos manifestantes. Os vândalos são frequentemente colocados como um pequeno grupo dentro dos atos que destrói patrimônio público e privado. Entretanto, nenhum jornal conseguiu explicar com a devida complexidade quem são os “mascarados”.

Os “mascarados” não formam um grupo homogêneo. Possuem interesses e práticas distintas. O historiador Boris Fausto fala sobre os saques e as depredações ocorridas na cidade de São Paulo, na noite de 18 de junho (quando ao mesmo tempo acontecia um grande protesto contra o aumento das tarifas do transporte público):

Há um grupo ideologicamente violento que acha que deve fazer isso, que devem atingir instituições representativas da ordem capitalista. A isso se misturou gente das ruas, gente que vive da rua, a isso se misturaram (e por que não?) os delinquentes da cidade, né? Não é de imaginar que todos eles saíram de campo, pelo contrário, eles se apropriaram dessa situação (WAINER, 2014, 37:43 – 38:19).

Os grupos anticapitalistas citados por Fausto provavelmente não roubaram lojas ou bancos: eles quebraram vidraças e mercadorias, além de picharem patrimônios públicos e privados. O objetivo é atingir, a partir da iconoclastia, esses símbolos capitalistas. Já os delinquentes fizeram saques para puro e simples benefício próprio, sem nenhum outro objetivo. Moradores de rua podem ter visto no fato das portas das lojas estarem sendo violadas na sua frente, uma possibilidade de furtar e conseguir, com o dinheiro da venda dos objetos furtados, algo de que necessitavam.

Logo, a situação não é tão simples quanto parece. Não estamos defendendo nenhuma dessas práticas: o objetivo aqui é tratar a questão da violência e do pacifismo de forma complexa, fugindo de generalizações simplórias.

### 3.5 OS INTELLECTUAIS DAS CIÊNCIAS HUMANAS

Quando ocorreram as manifestações em Erechim, intelectuais da área das ciências humanas enviaram artigos para os jornais locais, no intuito de dar cada um as suas considerações sobre o que estava acontecendo no Brasil naqueles dias. Entretanto, todos foram pegos de surpresa com os protestos, inclusive esses profissionais. Logo, a maioria escreveu com cautela e humildade, sem a pretensão de parecer um especialista sobre esse objeto de estudo novo que estava nascendo, as Jornadas de Junho. Vejamos um trecho de artigo publicado no Diário da Manhã pelo sociólogo Thiago Ingrassia Pereira, no qual faz três problematizações sobre os atos:

Problematização 1: o dinheiro da Copa do Mundo poderia ir para a saúde e a educação. Ponto pacífico, fecho a questão agora, trocando a Copa do Mundo de 2014 pela melhoria substantiva da saúde pública (SUS) e pela melhoria urgente e necessária das escolas e dos salários dos professores em nosso país! Contudo, pergunto: entre 1950 – ano da Copa sediada pelo Brasil – e 2014, o que, de fato, avançou? Não tivemos Copa do Mundo neste período e os investimentos que agora são destinados aos novos estádios “padrão FIFA” não foram, via de regra e com a devida quantidade, para os hospitais públicos e para as escolas da educação básica e as universidades.

Problematização 2: O que nos leva a supor que o dinheiro público que está sendo investido nas obras da Copa do Mundo, se não tivéssemos o evento ano que vem, iria para a saúde e a educação? Dessa pergunta, chagamos a outra fundamental: ao falar da corrupção da classe política, não estamos, verdadeiramente, atestando nossa própria incapacidade como eleitores? Em outras palavras: ao protestarmos contra a corrupção não estaremos atacando o “efeito” e não a “causa”, pois, até onde sei, político algum está em seu cargo por obra do destino. Muitos que agora

legitimamente protestam contra a endêmica corrupção brasileira se negam a discutir política, enchem o peito e falam que “não gostam de política” e, em todas as eleições, assinam um “cheque em branco” a determinadas pessoas.

Problematização 3: Se o serviço de transporte urbano (qualquer semelhança com o contexto local não é mera coincidência...) é caro e ruim, se há corrupção, se a Copa do Mundo de futebol é um erro, pois gastaremos muito em lazer e o povo continua na pior e a classe média pagando impostos exorbitantes, se tudo isso é verdade, como explicar a reeleição do projeto do governo federal? Como explicar, para citar exemplo próximo, a reeleição em primeiro turno do atual prefeito de Porto Alegre? Percebam o alto custo do “analfabetismo político”, para usar uma expressão consagrada de Bertolt Brecht (PEREIRA, 21 DE JUNHO DE 2013, p. 2).

É perceptível que Pereira levantou questionamentos que talvez boa parte dos apoiadores do movimento, especificamente aqueles que estavam baseados puramente no senso comum, não fizeram, já que, via de regra, quem foi à rua protestou contra instituições (como os governos federal, estadual e municipal) ou a práticas ilícitas de seus membros (corrupção na política). Mas faltou uma autocrítica, pensando na responsabilidade de cada brasileiro nisso tudo.

Já o antropólogo Paulo Ricardo Muller foi entrevistado pela jornalista Paola Seibt, sendo tal entrevista publicada no jornal Bom Dia. Quando questionado sobre o significado da manifestação, Muller respondeu:

A indignação com o aumento do valor das passagens de ônibus foi capaz de agregar diferentes classes de trabalhadores e estudantes, sobretudo, que normalmente não constituem um grupo definido. O usuário de transporte público não é uma categoria em si, ela se constituiu como tal no próprio processo de mobilização. Mas ao que parece os próprios integrantes do movimento se deram conta que lutar pela redução dos preços das passagens de ônibus era limitar o escopo de transformação para os quais estavam mobilizados. De usuários do transporte público, o movimento passou a representar ‘usuários da cidade’, colocando em questão a apropriação dos espaços de convívio e sociabilidade das cidades por patrocinadores da copa do mundo, por exemplo, bem como as remoções arbitrárias e violentas de populações pobres que o Estado tem promovido com o intuito de abrir espaço para a especulação imobiliária e a exploração comercial de áreas com potencial para formarem percursos turísticos. Tudo isso ganha a simpatia da população em geral, da classe média às classes mais baixas, pois a copa do mundo é altamente excludente neste sentido, e gera mais desordem e vandalismo do que as próprias manifestações que temos visto (MULLER apud SEIBT, 19 DE JUNHO DE 2013, p. 3).

Ainda no calor dos acontecimentos, o antropólogo acredita que a diversificação de pautas ocorreu provavelmente de forma espontânea. Esse erro na análise é perfeitamente justificável, pois quanto mais tempo passa e mais material é produzido sobre determinado tema, a possibilidade de uma análise mais lúcida e correta aumenta. Como já vimos anteriormente, a diversificação da pauta foi resultado da entrada dos “novos manifestantes”

nas mobilizações, pois esses possuíam interesses diferentes (e por vezes antagônicos) a quem já estava na rua.

### 3.6 CONCLUSÃO DA ANÁLISE

Os jornais pesquisados viram a questão do passe livre como “gota d’água” que fez transbordar um copo cheio de outras indignações. Não perceberam que as primeiras manifestações ocorridas na cidade de São Paulo eram única e exclusivamente pelos vinte centavos. Aliás, nenhuma análise foi feita sobre as manifestações em São Paulo. O MPL não é nem ao menos citado por aqueles que escreveram sobre as Jornadas de Junho, seja sobre o Brasil, seja sobre Erechim, de forma específica. Acreditam que o que acabou levando às ruas milhões de pessoas por todo o Brasil, de forma espontânea e sem nenhuma ligação com o apoio dado pela mídia de massa após a noite de 13 de junho, foi um despertar de consciência, “um gigante que acordou”.

Já sobre as mobilizações feitas em Erechim, apontam de forma correta que sua gênese está na convocação feita via Facebook pelo movimento intitulado “Acorda Erechim” (para os dois protestos) e por outro chamado “vem pra rua” (somente para o segundo).

Outra afirmação que fazemos é que os jornais locais apoiaram as manifestações, colocando o movimento como legítimo. Mais do que isso: houve grande empolgação com o movimento, seja a partir das notícias, seja a partir dos colunistas dos jornais. Pairava no imaginário social uma ideia de que poderíamos estar inaugurando um novo ciclo em nosso país, em especial no tocante à corrupção. Isso não quer dizer que os jornais não deram espaço para quem enxergasse o movimento de forma diferente, como é o caso do professor Cassol e do sociólogo Pereira. Entretanto, essas visões mais receosas com o movimento tiveram um espaço muito menor do que o dado a notícias e colunas empolgadas com as mobilizações.

Os colunistas e jornalistas que trabalhavam para os jornais analisados fizeram interpretações semelhantes às que foram feitas pelos grandes meios de comunicação, em especial à narrativa do Jornal Nacional. Como a primeira passeata na cidade ocorreu na noite do dia 18 de junho (ou seja, depois da virada midiática ocorrida a partir de 14 de junho) a imprensa local fez coro à imprensa nacional, apoiando o movimento em todos os momentos.

As pautas no Brasil que tiveram maior destaque foram: a luta contra a corrupção (e dentro disso, contra a PEC 37), os gastos com a Copa das Confederações e Copa do Mundo; a

favor de mais recursos para saúde e educação. As questões relativas ao transporte público também apareceram, mas com menor destaque.

Em Erechim, as reivindicações acima também foram as mais lembradas pelos jornais, inclusive com o mesmo grau de importância e hierarquia descrito entre elas anteriormente. Sem dúvida, as pautas de cunho federal foram as que tiveram maior espaço nos jornais da região quando também estes noticiaram especificamente as duas passeatas ocorridas na cidade. As reivindicações de cunho regional e local também foram relatadas, porém com menor relevância.

Sobre o pacifismo e a violência nas mobilizações a nível nacional, verificamos que os jornais dividiram os manifestantes em dois grupos supostamente homogêneos: os pacíficos e os vândalos. Os pacíficos foram representados como cidadãos que estavam buscando um país melhor, sendo estes a grande maioria dos que protestavam. Já os vândalos foram vistos como uma pequena minoria homogênea de destruidores do patrimônio público e privado, além de serem saqueadores. Entretanto, essas supostas unidades nunca aconteceram. Exemplo disso são os destruidores do patrimônio público e privado, que não eram saqueadores via de regra. Destruíam símbolos da ordem capitalista por motivações ideológicas, enquanto os saqueadores furtavam para benefício próprio.

Sobre o pacifismo e a violência nas passeatas erechinenses, a imprensa local teve de operar de forma um pouco diferente, já que em nenhuma delas houve qualquer tipo de destruição ou saque. Os jornais, então, para exaltar os manifestantes, colocavam em suas notícias que nenhuma ocorrência havia sido registrada. Dessa forma, garantiram certo prestígio aos pacíficos, mesmo não havendo o contraponto dos vândalos.

Afirmamos que os intelectuais das ciências humanas que tiveram espaço nos jornais problematizaram algumas questões levantadas pelos manifestantes, como por exemplo, a questão dos gastos feitos pelos governos para receber a Copa do Mundo, a questão da corrupção, da saúde, da educação, entre outras, o que ficou evidente no artigo de Pereira. Isso demonstra certo receio, como já foi dito, por parte dos intelectuais. A única exceção foi o antropólogo Paulo Muller, que demonstrou uma visão mais otimista dos acontecimentos.

Por fim, as narrativas feitas pelos jornalistas e colunistas não produziram interpretações originais sobre as Jornadas de Junho. As narrativas originais ficaram a cargo dos intelectuais das ciências humanas.

### 3.7 AS CONQUISTAS DO MOVIMENTO

De forma concreta, as Jornadas de Junho a nível nacional conseguiram duas vitórias em relação às duas demandas contra a corrupção (na visão dos manifestantes): a rejeição da PEC 37 (na noite do dia 25 de junho) e a tipificação da corrupção como crime hediondo (na noite do dia 26 de junho). Além disso, 104 cidades de 17 estados tiveram reajustes relativos ao transporte público revogados e/ou tarifas reduzidas<sup>13</sup>. Outras diversas pequenas conquistas vieram, como a aprovação de 25% dos royalties do petróleo para a saúde e 75% para a educação<sup>14</sup>. Em Erechim, a única conquista concreta foi o fato de não ter sido nem ao menos proposto o aumento da tarifa de ônibus em 2013.

Julgamos que as conquistas concretas das Jornadas de Junho de 2013, seja a âmbito local ou nacional, foram muito tímidas. Foram conquistas superficiais, quando o que se pediu foram reformas estruturais. O governo Dilma anunciou cinco pactos para o Brasil no dia 24 de junho nas áreas da economia, corrupção, transporte, saúde e educação<sup>15</sup>. Todavia, os pactos não obtiveram o êxito esperado. Além disso, a presidenta Dilma Rousseff propôs um plebiscito para formação de uma constituinte exclusiva para a reforma política, que acabou não tendo apoio suficiente dentro do congresso para ser realizado.

### 3.8 OS HERDEIROS DO MOVIMENTO

Segundo Pablo Ortellado, doutor em Filosofia pela USP, em entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos em maio de 2016, existe um grande movimento à esquerda e dois à direita que são herdeiros das Jornadas de Junho. À esquerda é o movimento secundarista, que no ano de 2015 ocupou aproximadamente 200 escolas estaduais em várias cidades de São Paulo e acabou por frustrar o projeto de “reorganização do ensino” da

---

<sup>13</sup> Informação retirada em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/07/veja-em-quais-cidades-houve-reducao-da-tarifa-do-transporte-em-2013.html>>.

<sup>14</sup> Informação Retirada em: <<http://g1.globo.com/brasil/linha-tempo-manifestacoes-2013/platb/>>.

<sup>15</sup> Informação Retirada em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/dilma-propoe-5-pactos-e-plebiscito-para-constituente-da-reforma-politica.html>>.

Secretaria Estadual da Educação de São Paulo (SEDUC/SP), que fecharia 93 escolas para serem usadas para outras funções educativas<sup>16</sup>.

À direita, Ortellado acredita existirem dois herdeiros: o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem Pra Rua. Ambos estiveram, segundo o autor, envolvidos nas manifestações a favor do impeachment da agora ex-presidenta, Dilma Rousseff<sup>17</sup>.

Quando perguntado nessa entrevista se as ocupações possuíam alguma ligação com outras manifestações anteriores e, em especial, as de junho de 2013, Ortellado respondeu da seguinte maneira:

Acredito que essas ocupações são o filho mais legítimo das manifestações de Junho de 2013, porque na gênese dessas ocupações vemos a agitação de grupos que estavam ligados ao MPL [Movimento Passe Livre]. Além dessa conexão direta, as ocupações das escolas são a principal encarnação do espírito de Junho de 2013. Além da luta contra a redução da tarifa, Junho de 2013 foi uma grande mobilização da sociedade brasileira, criticando a representação política e defendendo direitos sociais, como direito ao transporte, educação e saúde, e os secundaristas são a encarnação desse legado.

Em Junho de 2013 aconteceu um engajamento muito grande da população - 12% da população participou efetivamente dos protestos. Isso gerou um compromisso muito grande da sociedade brasileira com estas duas pautas: a defesa dos direitos sociais e a crítica do sistema de representação. Nesse sentido, a ação dos secundaristas é a expressão desse legado, é a crítica da ação dos partidos políticos num momento em que o Brasil está vivendo uma polarização política em torno do impeachment.

De certa maneira, os protestos que ocorreram contra a presidente Dilma são também um desdobramento de Junho. Não é à toa que os dois grupos que lideraram os protestos contra a presidente aludem a esse legado: um se chama Vem Pra Rua, e o outro, MBL [Movimento Brasil Livre], deliberadamente para confundir com MPL [Movimento Passe Livre]. Mas eles estão trabalhando somente um dos legados de Junho, que é a crítica do sistema de representação, enfatizando a corrupção e mobilizando esse legado com propósitos políticos de fazer uma reforma liberal do Estado brasileiro.

Já os secundaristas estão trabalhando este duplo legado: seguem criticando o sistema de representação, e não estão fazendo isso por meio da ação de partidos políticos, mas por meio da luta direta, sem intermediação de partidos; e, ao mesmo tempo, estão defendendo essa pauta de ampliação, consolidação e defesa dos direitos sociais (ORTELLADO, 2016 apud FACHIN, 2016).

Os secundaristas possuem uma pauta progressista, sendo a principal a luta por uma educação de maior qualidade e mais investimentos na infraestrutura das escolas. Entretanto, não é só isso: querem mais participação nas escolas, sendo protagonistas assim da própria formação, exercendo de forma plena a cidadania.

<sup>16</sup> Informação Retirada em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/escolas-ocupadas/noticia/2015/12/ocupacoes-atos-e-polemicas-veja-historico-da-reorganizacao-escolar.html>>.

<sup>17</sup> Informação Retirada em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/555196-a-ocupacao-de-escolas-e-o-filho-mais-legitimo-de-junho-de-2013-entrevista-especial-com-pablo-ortellado>>.



Já o MBL<sup>18</sup> e o Vem Pra Rua<sup>19</sup> são movimentos neoliberais, embora não confirmem de forma explícita tal afirmação. Esses dois movimentos não só apoiaram o impeachment como também convocaram a população a ir para as ruas para participar das mobilizações pró-impeachment.

Logo, a partir do fim das Jornadas de Junho, os manifestantes que antes estavam lado a lado (não sem conflitos, por vezes violentos) acabaram se dividindo em diversos grupos, tanto à esquerda quanto à direita do espectro político.

### 3.9 A ONDA CONSERVADORA

O ódio aos partidos políticos demonstrado nas Jornadas de Junho de 2013 acabou se transformando em ódio ao Partido dos Trabalhadores (PT). Entretanto, isso não aconteceu de forma espontânea: foi estimulada pelos grandes veículos de comunicação, em especial o Jornal Nacional da Rede Globo que, ainda no fim de junho, já colhia os frutos de sua campanha contra Rouseff, como nos mostra Jessé Souza:

No dia 29 de junho, finalmente, o Jornal Nacional colheu o sucesso retumbante da violência simbólica tão bem perpetrada: foi mostrada uma pesquisa segundo a qual a aprovação popular da presidenta despencara em queda livre. Ela perdera 27 pontos percentuais desde o início dos protestos, os quais visavam na sua origem a questões locais e municipais. Era a maior queda de popularidade da presidenta desde o início do mandato.

Era o sucesso absoluto da campanha midiática pela federalização das manifestações e pela personalização do descontentamento na pessoa da presidente da República: ocorreria queda de 35 pontos na popularidade de Dilma se a comparação se der o mês de março de 2013, quando a presidenta gozava de sua maior taxa de aprovação popular. A rejeição também aumentara de inexpressivos 7% para 25%. Sucesso total da violência simbólica. Esse foi o efetivo começo do golpe (SOUZA, 2016, p. 95).

Isso acabou gerando uma polarização política imensa, que ficou evidente nas eleições de 2014 e 2016. O maior derrotado das eleições de 14 foi o PT, que viu diminuir o número de seus deputados na câmara de 88 para 70<sup>20</sup>. Mesmo ganhando a presidência, não conseguiu governabilidade devido a eleição de um congresso nacional extremamente conservador do ponto de vista econômico e moral, além de ver diversos partidos saírem de sua base aliada,

<sup>18</sup> Sobre as propostas do MBL, ver: <<https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/mbl-wordpress-s3/wp-content/uploads/2016/05/26222920/propostas-mbl.pdf>>.

<sup>19</sup> Sobre as pautas do “Vem Pra Rua”, ver: <<http://www.vempraru.net/sobre-nos/>>.

<sup>20</sup> Informações disponíveis em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/nova-composicao-da-camara.html>>.

fortalecendo a ideia de impeachment, que depois veio a se concretizar como uma grande traição, um golpe parlamentar. O grande vencedor nas eleições estaduais foi o do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que pulou de cinco para sete o número de governadores<sup>21</sup>.

Já em 2016, a derrota do PT foi maior ainda. Possuía 17 prefeituras com mais de 200 mil eleitores. Após a eleição, sobrou apenas uma, que é a de Rio Branco, capital do Acre<sup>22</sup>. O maior ganhador foi o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que pulou de 19 para 26 o número de prefeitos nas grandes cidades<sup>23</sup>, além do PMDB, que continuou sendo o que possui o maior número de prefeituras em números totais, inclusive aumentando o número de 1.015 para 1.028<sup>24</sup>.

Embora as representações midiáticas das Jornadas de Junho não sejam nem de longe as únicas responsáveis pelas sucessivas derrotas do PT a partir de então (seja através das urnas ou do impeachment), é inegável que elas influenciaram nas duas eleições. Isso não quer dizer que o PT não tenha encolhido também em virtude de seus próprios erros, sejam estes políticos ou econômicos, ambos cometidos exaustivamente no governo Dilma.

Logo, a disputa pelo imaginário das manifestações e do que elas representaram teve um vencedor: a direita. Embora as jornadas tenham plantado sementes tanto à esquerda quanto à direita, quem depois colheu mais frutos foi certamente a direita. E isso, sinceramente, é muito difícil de ser refutado.

---

<sup>21</sup> Informações disponíveis em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-10-26/mapa-do-poder-pmdb-termina-eleicoes-com-mais-governadores-veja-infografico.html>>.

<sup>22</sup> Informações disponíveis em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2016/blog/eleicao-2016-em-numeros/post/psdb-avanca-em-cidades-grandes-pt-so-leva-uma-disputa.html>>.

<sup>23</sup> Informações disponíveis em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2016/blog/eleicao-2016-em-numeros/post/psdb-avanca-em-cidades-grandes-pt-so-leva-uma-disputa.html>>.

<sup>24</sup> Informação Retirada em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2016/blog/eleicao-2016-em-numeros/post/psdb-e-psd-crescem-em-n-de-prefeituras-pt-encolhe.html>>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não temos nenhuma pretensão de esgotar nenhum tema apresentado no presente trabalho. Muito pelo contrário: esperamos que o mesmo sirva de inspiração para outros pesquisadores investigarem possíveis lacunas e imprecisões sobre os mais variados assuntos aqui abordados.

A gênese das Jornadas de Junho está no MPL da cidade de São Paulo, aja visto que foi o coletivo que chamou as manifestações até a revogação dos aumentos das tarifas de ônibus, trem e metrô na capital paulista. O objetivo em curto prazo sempre foi os vinte centavos. Aliás, são quarenta centavos, pois vinte o usuário pagaria na ida e mais vinte na volta. E em longo prazo, mudanças radicais na cidade e na sociedade como um todo.

Classificamos as Jornadas de Junho como movimentos sociais em rede. Isso é possível por algumas de suas características: a desconfiança generalizada em relação aos partidos políticos; a busca (com exceções de pequenos grupos) por mais democracia; a disseminação tanto das ideias do movimento quanto da convocação de atos a partir da internet; a ausência de líderes possuidores de poder de deliberação delegado pelos demais; a ausência de um comando central, existindo em seu lugar uma rede de vários movimentos autônomos entre si espalhados por todo o Brasil; e a produção de identidades próprias entre os manifestantes.

Sobre o documentário *Junho – O mês que abalou o Brasil*, o que concluímos é que a intensa disputa de narrativas para tentar promover determinados grupos políticos e marginalizar outros, mostrada detalhadamente, foi vencida pela direita. A partir do uso de toda a mídia de massa disponível, a construção simbólica do imaginário social sobre as manifestações como um movimento antipetista obteve sucesso perante a população em geral.

Também percebemos que as narrativas sobre as manifestações produzidas pelos jornalistas e colunistas que trabalham nos jornais em Erechim foram muito semelhantes entre si e em relação à mídia de massa brasileira. As exceções ficaram por conta dos intelectuais das ciências humanas.

Concluímos também que o apoio da grande mídia foi fundamental para aumentar de forma espetacular o número de pessoas nos protestos e, com isso, acumular mais força para alcançar a revogação dos aumentos. Além de apoiar, a mídia buscou agir a favor de seus interesses. Para isso, colocou pautas de seu interesse para dentro da manifestação, além de alterar uma pauta que era municipal (e estadual, no caso da luta contra o aumento de trem e

metrô) para reivindicações de cunho federal. Isso foi feito justamente para atingir a presidenta Rousef, bem como o PT. Essa tarefa, como já vimos, acabou sendo muito bem sucedida.

O perfil dos militantes do MPL, bem como em geral de quem foi às primeiras manifestações na cidade de São Paulo é um perfil à esquerda do espectro político (filiados a partidos ou não), bem como anarquistas e independentes, todos unidos em prol de uma pauta progressista de transporte público. A esses chamamos de “velhos manifestantes”.

Já o perfil dos “novos manifestantes” é muito diferente dos que já estavam nas ruas. Esses “novos manifestantes” não possuem como bandeira a questão do transporte público. Estão preocupados com questões relativas à corrupção, aos gastos com a Copa das Confederações e Copa do Mundo, à saúde e à educação.

Pelo fato dos dois grupos entrarem em conflito (como o confronto em plena manifestação na cidade de São Paulo), além de suas posições serem por vezes antagônicas, afirmamos que os dois grandes grupos de manifestantes são incompatíveis entre si.

Avaliamos que as conquistas concretas foram muito pequenas se comparadas ao tamanho das manifestações em todo o país. O movimento não logrou êxito em sua busca por reformas estruturais, como as reformas política e tributária, lembrando que houve a tentativa de início de discussão de uma reforma política por parte do governo federal, mas este não conseguiu o apoio suficiente para levar tal matéria adiante.

Existem até hoje os três movimentos herdeiros das jornadas: o “Vem Pra Rua” e o MBL à direita e o movimento secundarista à esquerda. Os dois primeiros lutaram intensamente pela queda de Rousef e do PT, além de possuírem propostas e objetivos neoliberais, embora não assumam tal fato. Já o movimento secundarista possui como grande bandeira a luta por uma educação pública de qualidade. Tal movimento alcançou uma vitória surpreendente, conseguindo barrar a proposta de “reorganização das escolas” na rede estadual de ensino do Estado de São Paulo. Afirmamos a partir disso que embora a direita tenha atingido muito mais êxito em seus objetivos após as jornadas, a esquerda também colheu alguns (poucos) frutos.

As Jornadas de Junho de 2013 foram fundamentais para a queda de popularidade da presidenta e do desprestígio também do PT, além de lançarem as primeiras bases sociais para o pedido de impeachment. Entretanto, serviu também para a oxigenação do movimento secundarista e da esquerda como um todo.

## REFERÊNCIAS

ALTAIR, João. **Prefeito X Transporte coletivo**. Jornal Diário da Manhã. Erechim, RS. Edição de 25 de junho de 2013.

BOTTINI, Maria Emília. **Até quando?** Jornal Diário da Manhã. Erechim, RS. Edição de 26 de junho de 2013.

BRANCALEONE, Cassio. Apresentação: junho rebelde e a espontaneidade com lastro social. In: BRANCALEONE, Cassio; DE BEM, Daniel (orgs.). **As Rebeliões da tarifa e as jornadas de junho no Brasil**. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

CASSOL, Ernesto. **Depredando o Espelho**. Jornal Bom Dia. Erechim, RS. Edição de 26 de junho de 2013.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO, Marcos. **Ordens**. Jornal Voz Regional. Erechim, RS. Edição de 21 de junho de 2013.

\_\_\_\_\_. **Povo**. Jornal Voz Regional. Erechim, RS. Edição de 21 de junho de 2013.

COMIN, Sara Rubia. **Povo retorna às ruas**. Jornal Diário da Manhã. Erechim, RS. Edição de 25 de junho de 2013.

DE CARVALHO, Diego. **O mapa do Centro de Mídia Independente Brasileiro**. (2011) Disponível em <<http://www.ec.ubi.pt/ec/09/pdf/EC09-2011Mai-18.pdf>>

DIAS, Francisco B. **Dilma: faça o seguinte...** Jornal Bom dia. Erechim, RS. Edição de 22, 23 e 24 de junho de 2013.

\_\_\_\_\_. **Irmã Celeste**. Jornal Bom dia. Erechim, RS. Edição de 20 de junho de 2013.

ESTADÃO. **Chegou a hora do basta.** Opinião. (2013). Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,chegou-a-hora-do-basta-imp-,1041814>>.

FACHIN, Patrícia. **A ocupação de escolas é o filho mais legítimo de Junho de 2013. Entrevista especial com Pablo Ortellado.** Maio de 2016. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/555196-a-ocupacao-de-escolas-e-o-filho-mais-legitimo-de-junho-de-2013-entrevista-especial-com-pablo-ortellado>>.

FINARDI, Rodrigo. **Apartidário e antipetista..** Jornal Boa Vista. Erechim, RS. Edição de 28 de junho de 2013.

\_\_\_\_\_. **O Gigante adormecido acordou!!! E com muita força!!!** (III). Jornal Boa Vista. Erechim, RS. Edição de 21 de junho de 2013.

\_\_\_\_\_. **O Gigante adormecido acordou!!! E com muita força!!!** (II). Jornal Boa Vista. Erechim, RS. Edição de 21 de junho de 2013.

\_\_\_\_\_. **O Gigante adormecido acordou!!! E com muita força!!!** (X). Jornal Boa Vista. Erechim, RS. Edição de 21 de junho de 2013.

\_\_\_\_\_. **Político e feijão só na panela de pressão.** Jornal Boa Vista. Erechim, RS. Edição de 28 de junho de 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO, **Editorial: Retomar a Paulista.** Opinião. (2013). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opinioao/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>>.

GONÇALVES, Adriano. **O Gigante acordou!** Jornal Voz Regional. Erechim, RS. Edição de 20 de junho de 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade.** 10. ed. Rio de Janeiro: P&A Editora, 2005.

JORNAL BOM DIA. Erechim, RS. Edição de 21 de junho de 2013.

JORNAL BOM DIA. Erechim, RS. Edição de 27 de junho de 2013.

JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ. **Erechim vai às ruas.** Erechim, RS. Edição de 19 de junho de 2013.

JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ. Erechim, RS. Edição de 20 de junho de 2013.

JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ. Erechim, RS. Edição de 21 de junho de 2013.

JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ. Erechim, RS. Edição de 27 de junho de 2013.

JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ. Erechim, RS. Edição de 28 de junho de 2013.

JORNAL VOZ REGIONAL. **Manifestação pacífica reúne mais de três mil pessoas.** Erechim, RS. Edição de 25 de junho de 2013.

\_\_\_\_\_. **Protestos devem continuar em Erechim.** Erechim, RS. Edição de 20 de junho de 2013.

\_\_\_\_\_. Erechim, RS. Edição de 26 de junho de 2013.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

MANOLO. “**Teses sobre a Revolta do Buzu**”. PassaPalavra, 25 de setembro de 2011. Publicado em 3 partes no sítio eletrônico: <<http://passapalavra.info/2011/09/46384>>.

MOVIMENTO PASSE LIVRE – São Paulo. *Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo*. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes**. Passe Livre e as anifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013. p. 26. Disponível em <<https://ujceara.files.wordpress.com/2014/01/cidadesrebeldes-passelivreemasmanifestac3a7c3b5esquetomaramasruasdobrasil.pdf>>.

OLIVIECKI, Ivanor. **Para onde vamos.** Jornal Diário da Manhã. Erechim, RS. Edição de 22 e 23 de junho de 2013.

PEREIRA, Thiago Ingrassia. **A Copa do Mundo e suas (Im)possibilidades.** Jornal Diário da Manhã. Erechim, RS. Edição de 22 e 23 de junho de 2013.

PRONZATO, C. **A revolta do Buzu**. Documentário 70 minutos. NTSC. Salvador. Focu'simagens. 2004. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dQASaJ3WgTA>>.

RÉMOND, René. [direção]. **Por uma história política**. Tradução: Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SEIBT, Paola. **Cientista social analisa manifestações que estão ocorrendo no país**. [entrevista] Jornal Bom dia. Erechim, RS. Edição de 19 de junho de 2013.

\_\_\_\_\_. **Manifestantes vão às ruas em Erechim**. Jornal Bom dia. Erechim, RS. Edição de 19 de junho de 2013.

\_\_\_\_\_. **Manifestantes vão pela segunda vez às ruas de Erechim**. Jornal Bom dia. Erechim, RS. Edição de 25 de junho de 2013.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

VINICIUS, Leo. **A Guerra da Tarifa**. São Paulo: Faísca, 2005. Disponível em: <<http://www.editorafaisca.net/>>.

VINICIUS, Leo. **Guerra da Tarifa 2005**: uma visão de dentro do Movimento Passe Livre em Floripa. São Paulo: Faísca, 2006. Disponível em: <<http://www.editorafaisca.net/>>.

WAINER, João. (Diretor) [S.I.]. **JUNHO - O mês que abalou o Brasil**: Paris Filmes, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Zyv0bacong>>.

ZANOTTO, Gizele. Aprender com o cinema, aprender sobre o cinema: a sétima arte e o ensino de História. p. 33 – 34. In: VALÉRIO, M. E. RIBEIRO JÚNIOR, H. C. **Ensino de História: Memórias e Identidade**. Jundiaí: Paço Editorial, 2016.